

Sumário

Número de notícias: 43 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Balança tributária (Editorial) 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo mira "transação 2.0" para obter R\$ 34 bi 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado pode suprimir "excessos" da reforma 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Votação do Carf no Senado deve ficar para agosto 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

R\$ 8,65 bi em emendas foram liberados em uma semana 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planalto deve ceder espaço ao Centrão na Esplanada 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Judiciário e Carf livram empresas de IOF sobre operações societárias 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo quer definir relator da tributária e votar Carf no Senado nesta semana, diz líder 15

FOLHA ONLINE - SP
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação caótica já gerou debate sobre Crocs, perfume e farinha de rosca (Reforma tributária) 16

VALOR ONLINE - IMPRESSO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad e Pacheco abrem negociações da reforma 17

VALOR ONLINE - IMPRESSO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda quer arrecadar R\$ 34 bi com novo programa de transação tributária 18

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo nomeia na Previc réu por gestão temerária 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira leva centrão para governo Lula e agora abraça o mercado 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conselho é o nó da reforma 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio assume direita descolada de Bolsonaro 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Domínio do Sudeste em conselho desagrada outros governadores 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio terá elo com bolsonarismo testado no Governo de SP e em 2026 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

No exterior, reforma tributária era "aguardada havia décadas" - TODA MÍDIA 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Multinacionais estão otimistas com o Brasil e esperam alta nas vendas 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto aprovado não vai tirar empregos (nem dos tributaristas) 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda o atual sistema tributário do Brasil 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bernard Appy Sem exceções, novo imposto teria uma alíquota inferior a 25% 36

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A direita civilizada não é uma utopia (Editorial) 39

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio ganha força para eleição de 2026 após se opor a Bolsonaro 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: criticada pelos méritos, não pelos defeitos (Artigo) 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma melhora o ambiente para investir - HENRIQUE MEIRELLES 43

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caminho aberto 44

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Sempre serei leal e grato ao (ex-) presidente", diz Tarcísio 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma representa um ganho relevante, diz Manoel Pires 47

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jabutis e outros riscos no caminho do IVA-dual - BRUNO CARAZZA 51

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brecha para Estados criarem novos impostos preocupa setores..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado tem de blindar reforma de mais concessões políticas (Editorial)..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Momento é favorável, se não houver ansiedade, diz Joaquim Levy..... 56

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Oposição no Senado estuda defender reforma tributária para não repetir erro da Câmara
..... 59

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Glossário da reforma tributária: entenda os principais termos da proposta que muda a forma
como impostos são cobrados
..... 61

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

No Senado, o caminho da reforma tributária será o da negociação e as conversas estão
começando
..... 63

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: IVA, imposto que vai incidir sobre consumo no Brasil, poderá ser o maior
do mundo, aponta estudo
..... 64

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja o que os senadores querem mudar na Reforma Tributária..... 66

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária supera custo fiscal..... 67

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback: saiba se vale a pena e como funciona a modalidade prevista na reforma tributária
..... 68

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: qual o impacto para Bolsa, dólar e crescimento do PIB?..... 69

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária repete clima de pacificação do Plano Real..... 72

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Nível de aperto dos juros faz mercado ver chance de corte agressivo da Selic..... 74

Balança tributária (Editorial)

É equilibrado o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados que restaura o voto de desempate em favor da **Receita Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, última instância administrativa de julgamento de disputas entre contribuintes e o fisco.

O tema é sem dúvida intrincado e de há muito controverso. Até 2020, quando o voto de qualidade foi invertido em favor do contribuinte, não era exagero constatar que havia viés em favor do governo. Uma empresa derrotada no órgão pelo voto decisivo não deixava de estar submetida a pesadas multas e processo por crime tributário.

Com a mudança, porém, o pêndulo invertido poderia prejudicar a arrecadação desmedidamente. Entre outras cláusulas, a lei aprovada em 2020 encerrava a pendência em caso de empate e impedia a Receita de levar a disputa ao judiciário. Havia incentivo em potencial para que empresas não honrassem obrigações contando com uma resolução administrativa.

Com a peça recém-aprovada, que ainda precisa passar pelo Senado, restaura-se algum equilíbrio. Havendo desempate em desfavor do devedor, a pendência poderá ser paga sem multas, e o fisco não poderá abrir processo por fraude.

O contribuinte ainda poderá recorrer ao Judiciário. Se optar por não fazê-lo e pagar em até 90 dias, também estará livre de juros.

Há outros estímulos à conformidade tributária, além de flexibilidade no oferecimento de garantias em caso de discussão judicial.

Com o resultado, foi contida a ambição arrecadatória do governo, que tentara por medida provisória a volta da norma anterior a 2020. É duvidoso o cálculo da Fazenda de perdas de R\$ 59 bilhões anuais sem o voto de qualidade.

Resta evidente, de todo modo, que o problema de fundo não se resolve com a nova mudança no **Carf**. Boa parte das disputas só existe por causa de regras e situações confusas, em que mesmo os pagadores mais bem intencionados podem cometer erros e incorrer em penalidades severas.

Do lado do fisco, ademais, há excessiva discricionariedade nas interpretações de fiscais, não

raro à margem do que diz a lei. O risco para o setor privado é elevado em demasia -e daí resultam ineficiência e custos econômicos.

O impacto da mudança, por fim, deverá ocorrer em poucas causas. De 2017 a maio deste ano, a parcela de casos cujo resultado dependeu de desempate oscilou entre 1,9% e 7,2%. Quanto a valores, 1,5% dos processos representaram 74% do montante em disputa em 2022 (segundo dados até novembro).

Dar maior publicidade à jurisprudência e trabalhar para maior previsibilidade são medidas importantes para reduzir controvérsias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobohttps://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333>

Governo mira "transação 2.0" para obter R\$ 34 bi

O Ministério da Fazenda conseguiu incluir de última hora no Projeto de Lei do **Carf** um novo programa de transação tributária que pode elevar a arrecadação já a partir deste ano, com potencial de receita para a União de até R\$ 34 bilhões, segundo apurou o Valor. Chamado na pasta de "Transação 2.0", é uma possibilidade de encerrar disputas judiciais e administrativas e poderá ajudar a recompor a base fiscal, principalmente para dar condições ao cumprimento das metas de resultado primário previstas na nova regra fiscal.

A proposta estava sendo desenhada pela equipe econômica e seria lançada em agosto, no âmbito do desconhecido pacote elaborado pela equipe do ministro Fernando Haddad para elevar a arrecadação federal, mas a pasta viu uma janela de oportunidade para incluí-la no PL. O dispositivo permitirá que empresas autuadas pela Receita, que discutem casos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** ou no Judiciário, negociem as formas de pagamento com novas condições.

O desconto, que era no máximo de 50% sobre o valor total, agora pode chegar a 65%. O prazo de pagamento também passou de 84 meses para 120 meses.

Os descontos podem ficar fora da tributação, a depender do edital lançado pela Fazenda - nos editais anteriores, tinham de ser tributados.

O texto agora será analisado pelo Senado.

Do ponto de vista fiscal, técnicos da equipe econômica consideram em cálculos preliminares que R\$ 34 bilhões é o teto possível para a União arrecadar com o programa neste e nos próximos anos, mas também ponderam que se trata de uma receita não recorrente, já que seu potencial vai depender da adesão voluntária dos contribuintes. O governo quer chegar a um déficit de cerca de R\$ 90 bilhões até o fim deste ano e, para 2024, tem o ambicioso plano de zerar o rombo nas contas públicas, bem como produzir superávits a partir de 2025.

Apesar de se tratar de uma receita primária não recorrente, tanto integrantes da Fazenda quanto especialistas em contas públicas avaliam que o montante, ainda que traga um ganho temporário, pode

ser importante para os planos de Haddad, principalmente em um momento no qual a arrecadação pode cair com a depreciação do câmbio e o recuo das commodities. Além disso, alertam que algumas medidas que elevem receitas de forma recorrente podem demorar para atingir seu potencial.

Outra mudança trazida pelo novo modelo é que as empresas podem negociar um único processo.

Não precisam mais renunciar à tese tributária completa, incluindo casos futuros. Isso, segundo uma fonte, "burocratizava muito" o procedimento. "Era necessário investigar em todos os processos da empresa para ver se havia algum sobre a mesma tese", explicou.

Os editais do Ministério da Fazenda trarão os temas a serem abertos para a transação do contencioso, mas sugestões de temas podem ser feitas pelo contribuinte.

Outra novidade é permitir que o Banco Central realize transação com o sistema financeiro.

É um modelo mais amplo de negociação em relação ao que existe hoje e também foi um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) à Fazenda. A ideia da proposta vinha sendo trabalhada desde que foram lançados os primeiros editais de transação do contencioso e um deles, para teses de ágio, não teve a receptividade esperada. Após ouvir os pontos de contribuintes, começaram a ser estudados os aperfeiçoamentos.

Outro incentivo ao projeto também foi a recente vitória do governo no Supremo Tribunal Federal (STF) na discussão sobre tributação de receitas financeiras de instituições financeiras.

Derrotados, bancos procuraram a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para tentar algum tipo de parcelamento da dívida, como um Refis, ou mesmo uma modalidade de transação.

Na Fazenda, houve a interpretação de que não faria sentido transacionar com bancos, já que o instituto se baseia em créditos de difícil recuperação e devedores com capacidade de pagamento comprometida, o que não é o caso do sistema financeiro, que pode oferecer

garantia dos valores ou mesmo contingenciar montantes. Mas ao mesmo tempo houve a avaliação de que algum outro instrumento poderia atender às instituições financeiras e outros grandes contribuintes.

Desde 2019, com o modelo atual da transação tributária, foram firmados mais de 2 milhões de acordos com contribuintes. Além disso, há 250 mil acordos em monitoramento que podem ser impulsionados com novas regras.

Até sexta-feira, estava incluído pelo relator do PL do **Carf**, deputado Beto Pereira (PSDBMS), a possibilidade de transação, mas somente com a **Receita Federal**, excluindo a PGFN, o que causou mal-estar interno na equipe econômica. Essa negociação seria feita antes mesmo das autuações, ainda na fiscalização pelos auditores.

O Fórum da Advocacia Pública Federal, que representa advogados públicos e procuradores da Fazenda Nacional, chegou a publicar uma nota na qual apontou a falta de "competência constitucional" da Receita para realizar transação sem a "participação, chancela ou autorização" de um advogado público.

Após a repercussão negativa, o relator excluiu a transação com a Receita. Ainda assim, Isac Moreno Falcão Santos, presidente do Sindifisco, defende que seria mais efetiva a transação antes da constituição do crédito e, por isso, diz que os auditores vão insistir em um novo projeto para a transação exclusiva pela Receita.

O tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, avaliou que o novo modelo é positivo, já que permite negociar ações específicas.

"Grandes contribuintes estão, hoje, impossibilitados de transacionar seus processos, em razão da ausência de concessão de descontos e condições especiais por terem alta capacidade de pagamento", explicou.

"Assim, a criação da contrapartida de desistência de determinados processos em que a Fazenda Pública atribua prognóstico desfavorável certamente tornaria a transação mais atrativa às grandes empresas, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação para a União", considerou.

Ele também aponta para "a necessidade de que o desenho dessa nova transação traga critérios claros sobre como serão selecionados os processos a serem objeto de desistência como contrapartida, para evitar discricionariedades e assegurar a isonomia".

Sobre o fiscal, Gabriel Barros, sócio da Ryo Asset e

ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), avalia que mesmo a receita oriunda do novo programa seja não recorrente, seria positiva "como guidance para o cumprimento das metas de primário, que são desafiadoras".

"A atividade econômica está em trajetória de acomodação e houve notável recuo das commodities, que vão reduzir as receitas primárias do governo. Assim, buscar uma forma de compensar, ainda que por meio de uma arrecadação não recorrente, é uma ajuda favorável", resumiu.

A AGU confirmou que um aperfeiçoamento da transação está sendo discutido e disse que a ideia é melhorar o mecanismo.

Além dos R\$ 34 bilhões com o novo programa, o governo também projeta uma arrecadação anual entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões por ano com o retorno do voto de qualidade no **Carf**. A Fazenda não se manifestou. (Colaborou Raphael Di Cunto)

Receita é positiva "como guidance para o cumprimento da meta de primário" Gabriel Leal de Barros

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Governo mira 'transação 2.0' para obter R\$ 34 bi

Senado pode suprimir "excessos" da reforma

O governo já se movimenta para convencer o Senado a não fazer mudanças no texto da **reforma tributária** que impliquem no retorno da matéria à Câmara dos Deputados. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG) para iniciar as negociações.

A expectativa da área econômica é de que os senadores "suprimam excessos" e promulguem o texto.

Pacheco, no entanto, já tem dito que pretende deixar a "marca" do Senado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de **reforma tributária**, aprovada na semana passada na Câmara. Em conversa com parlamentares, o presidente do Senado afirmou que quer apensar outras PECs que tratam do tema à matéria.

Na avaliação do Ministério da Fazenda, "a PEC 110 foi toda incorporada pela Câmara". "A marca [do Senado] é suprimir excessos e promulgar o essencial, sem retornar", ressaltou uma fonte da equipe econômica.

O governo não se compromete com prazo para votação da matéria mas, nos bastidores, a expectativa é de que seja concluída em outubro. "Não temos prazo.

Temos de respeitar o tempo do parlamento. Mas o ideal é que não seja muito longo", informou outro técnico do governo.

Líder do União Brasil e aliado de Pacheco, o senador Efraim Filho (PB) diz achar difícil não haver mudanças significativas no texto aprovado pela Câmara.

Ainda assim, ele acredita que a tramitação da matéria deverá ser concluída até o final do ano.

"Será nossa missão aperfeiçoar temas em aberto, nos aprofundar sobre o impacto na vida real das empresas e dos cidadãos, na simplificação, desburocratização e redução do custo Brasil", disse ao Valor.

Apesar das eventuais alterações, Efraim defende que a matéria deverá ser aprovada nos próximos meses. "Não é mais uma questão de escolha, mas de necessidade. O atual modelo tributário está esgotado, arcaico, obsoleto e atrapalha a vida de quem quer produzir. Temas como esse tem de ser votados no primeiro ano de governo." Outros líderes partidários de

diferentes correntes políticas também defendem um ritmo mais lento no Senado para eventuais adequações.

A ideia é que a matéria comece a ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Uma das PECs que pode ser incluída pelos senadores na proposta da Câmara é a 46/2022, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). O Mitrinistério da Fazenda é contrário.

Oriovisto afirma que a sua visão de reforma é "completamente diferente" da que foi aprovada pelos deputados. Um dos pontos destacados por ele é manter separados os **impostos** federais, estaduais e municipais.

O texto que passou na Câmara prevê a substituição dos **tributos** PIS, Cofins e IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) pelo IVA Dual. A intenção é simplificar o excesso de regras no pagamento de **impostos** pelas empresas.

O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), declarou que os senadores vão cobrar mais informações do governo sobre a reforma. A ideia conta com apoio de partidos de oposição, como o PL. "O governo tem capacidade de simular a reforma e ninguém teve acesso a isso ainda. A **Receita Federal** tem condições de pegar qual é a arrecadação hoje e mostrar como ficará com a nova base de cálculo.

O governo precisa ser transparente e participar mais, não só jogar para o Congresso", disse Izalci.

Líder do PSD, o senador Otto Alencar (BA) criticou a tramitação na Câmara, que ocorreu em sistema semipresencial e permitiu votação remota. Além disso, disse, o texto final entrou no sistema "em cima da hora". Para Otto, o Senado terá que apreciar os pontos com ainda mais atenção.

Ele defende ainda que é importante discutir in loco um assunto complexo como esse e cita como exemplo votações como a da reforma previdenciária, que ocorreram em formato presencial.

Após a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) repetiu o discurso de que o texto deve passar por mudanças, mas fez um apelo para que ao menos a espinha dorsal da proposta seja mantida.

Apesar do clima de mal-estar entre alguns senadores, Haddad demonstrou mais otimismo.

"Eles (senadores) estão se sentindo muito contemplados pelo trabalho feito pelo relator", disse, na quinta. "Acredito que não vamos ter grande dificuldade no Senado", reforçou o ministro.

Os senadores chegaram a ser chamados para participar do grupo de trabalho da Câmara, mas se recusaram porque não queriam responder ao comando de um deputado. Agora, também querem ter a chance de formar o seu próprio GT. Nos corredores do Senado, a avaliação é que a definição do relator da matéria vai ditar também como será o rito da tramitação, a depender do nível de proximidade com o Palácio do Planalto. A escolha, no entanto, deve ficar para agosto. (Colaboraram Estevão Taiar e Marcelo Ribeiro)

"Não é mais uma questão de escolha, mas de necessidade" Efraim Filho

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Senado pode suprimir 'excessos' da reforma

Votação do Carf no Senado deve ficar para agosto

Após passar pela Câmara dos Deputados, a votação no Senado do projeto de lei (PL) que muda a regra de empate nos julgamentos do Conselho Administrativo Fiscal (**Carf**) deve ficar para agosto, depois do recesso informal.

O período de férias no Legislativo vai de 18 a 31 de julho.

Os parlamentares não querem votar a proposta através do sistema remoto. Na próxima semana, todos os encontros do plenário estão previstos para ocorrer no modelo semipresencial. Além disso, a avaliação é que a pauta desta semana já está congestionada com outros temas.

Líder do governo na Casa, o senador Jaques Wagner (PT-BA) foi categórico, no final da semana passada, ao dizer que "o **Carf** não pode ser votado no (sistema) semipresencial".

"Provavelmente ficará para a volta do recesso", declarou.

No Senado, o clima ainda é de incerteza em relação ao projeto, tanto entre governistas como opositoristas. Os parlamentares querem dialogar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para definir seus posicionamentos.

Questionado sobre eventuais alterações no texto, o líder do PSD, Otto Alencar (BA), que é ligado ao Palácio do Planalto, disse que "ainda não sabe". Já o líder do PP, Ciro Nogueira (PI), afirma que "está estudando" eventuais alterações.

O líder do União Brasil, por sua vez, diz que uma possível mudança na versão aprovada pela Câmara está "ainda a definir".

Pelo texto validado na Câmara, se o representante da **Receita Federal** garantir a vitória da União no critério de desempate nos julgamentos do **Carf**, o contribuinte terá que pagar o total da dívida, mas ficará isento de multa e de responder a processos penais por fraude.

O texto visa resolver a disputa no caso de empates nos julgamentos administrativos sobre litígios tributários. A princípio, Haddad queria a volta do modelo anterior, em que o presidente da turma, que é

sempre um representante da Receita, desempatava.

Isso fazia com que o contribuinte perdesse em 95% das vezes. No governo Bolsonaro (PL), o empate passou a extinguir a dívida.

Após meses de impasse, chegou-se a um meio-termo aprovado na sexta-feira: se o representante do Fisco garantir a vitória da União no critério de desempate, o contribuinte terá que pagar o total da dívida, mas ficará isento de multa e de responder a processos penais por fraude. Além disso, se quitar o débito sem questioná-lo na Justiça, ficará isento dos juros e poderá pagá-lo em até 12 parcelas, com o uso inclusive de créditos de prejuízo fiscal e de CSLL. Já quem decidir recorrer à Justiça poderá não apresentar garantia em dinheiro ou bens no processo se atestar a "capacidade de pagamento" por uma auditoria externa.

A empresa que não teve certidão negativa por mais de três meses nos 12 meses anteriores à ação judicial ou tiver outras dívidas com a Fazenda Pública não poderá receber o benefício.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), inicialmente contrária ao PL do **Carf**, celebrou a aprovação da matéria. "O PL promove mudanças estruturais no ambiente de negócios do Brasil, especialmente no que se refere a multas e garantias, grandes "dores" do setor produtivo e duas das principais causas do enorme contencioso tributário existente hoje no país", afirmou a entidade, em nota

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Votação do **Carf** no Senado deve ficar para agosto

R\$ 8,65 bi em emendas foram liberados em uma semana

Em busca de tentar aprovar a **reforma tributária** e o projeto do **Carf** antes do **recesso parlamentar**, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) liberou em apenas sete dias de julho mais emendas parlamentares do que já havia empenhado no acumulado dos primeiros seis meses do ano. Ao todo, foram distribuídos R\$ 8,56 bilhões em emendas somente na primeira semana do mês, ou seja, às vésperas da votação de pautas consideradas estratégias para a gestão petista.

Coincidentemente, grande parte dessas emendas vieram do Ministério da Saúde, que hoje está sob o comando de Nísia Trindade.

O Valor apurou que um dos motivos que explicam esse movimento é a pressão que partidos do Centrão vêm fazendo, nos bastidores, para assumir o controle do ministério no lugar da ex-presidente da Fiocruz.

Ciente de que estava na berlinda, a ministra teria organizado uma operação para dar mais vazão aos pedidos dos parlamentares e evitar, desta forma, que os congressistas tenham mais um argumento de reclamação para levar ao presidente Lula.

Os números levam em conta apenas as emendas empenhadas.

A questão é importante porque significa, na prática, que a emenda parlamentar em questão está com o valor reservado para desembolso dentro do Orçamento federal. É nesta fase que o senador ou deputado pode solicitar onde aquele recurso deve ser aplicado, por meio de ações dos ministérios setoriais das Esplanadas.

Para se ter uma ideia, R\$ 5,2 bilhões foram liberados num único dia, a última quarta-feira, dia 6, justamente quando a articulação política do governo buscava destravar junto ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a votação das matérias econômicas. O desembolso bilionário fez efeito e os deputados aprovaram tanto a **reforma tributária** quanto o projeto de lei que muda a **regra de empate** nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, pauta importante para a gestão petista.

Até o mês passado, o governo Lula vinha liberando as emendas a conta-gotas, tanto que, em seis meses, o

Palácio do Planalto empenhou um valor menor do que o registrado em apenas sete dias de julho.

Os dados constam do sistema de Siga Brasil. De acordo com a plataforma, foram distribuídas R\$ 7,65 bilhões em emendas entre janeiro e junho deste ano. A comparação com o mês imediatamente anterior também é expressiva.

Em junho, Lula reservou R\$ 2,74 bilhões no Orçamento para o pagamento de emendas, enquanto que, neste começo de mês, este valor já saltou 212%, alcançado os R\$ 8,56 bilhões mencionados.

Os números analisados também mostram que o governo federal passou a dar mais importância para as chamadas emendas de bancada, instrumento que permite ao Executivo atender, de uma só vez, aos interesses parlamentares de um Estado como um todo e não apenas aos pedidos individuais.

Nos últimos seis meses, o governo só tinha empenhado pouco mais de R\$ 925 milhões em emendas de bancada. Em julho, entretanto, foi liberado R\$ 1,47 bilhão somente nesse tipo de instrumento. Por conta disso, as bancadas acabaram subindo para o topo da lista de mais beneficiadas pelo governo.

Os Estados de Minas Gerais, Piauí e Santa Catarina foram beneficiados com os valores mais vultosos, todos na casa de mais de R\$ 100 milhões cada.

A maioria desses recursos saiu do Ministério da Saúde, pasta que está na mira dos de parlamentares de PP, do presidente da Câmara.

A ministra da Saúde tem trabalhado justamente para evitar que sua pasta seja alvo recorrente de queixas. Considerada um nome técnico, Nísia Trindade tem a seu favor um habilidoso secretário-executivo.

Trata-se de Swedenberger Barbosa, homem de confiança do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que tem auxiliado na distribuição das emendas.

5,2 bi foram liberados na véspera da votação da reforma

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
R\$ 8,65 bi em emendas foram liberados em uma semana

Planalto deve ceder espaço ao Centrão na Esplanada

Após conseguir vitórias no plenário da Câmara, com a aprovação da **reforma tributária** e do projeto que prevê a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (**Carf**), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve dedicar as próximas três semanas à confecção do novo desenho da Esplanada dos Ministérios.

O calendário ainda não está fechado, o que não impede que alterações pontuais sejam feitas já em julho, mas hoje tanto integrantes do Palácio do Planalto quanto lideranças do Centrão trabalham com o cenário de que uma minirreforma ministerial sairá do papel apenas em agosto.

Na semana passada, Lula encaminhou um possível acordo para que o Centrão passe a integrar a base aliada do governo no Congresso.

As duas partes sinalizaram a intenção num telefonema entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na sexta-feira. O Valor apurou que Lula se comprometeu a acomodar o grupo político de Lira em cargos na Esplanada.

A disposição em contemplar aliados do alagoano com espaços estratégicos do governo foi crucial para que o presidente da Câmara destravasse a votação do PL do **Carf**, pauta importante para a equipe econômica petista.

A aproximação com o Centrão foi fundamental para que a Casa votasse a **reforma tributária**. Isso porque o "namoro" começou já na quarta-feira. Na ocasião, deputados do Centrão que integram partidos como PP, Republicanos, União Brasil, PSBD e até o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, se reuniram com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), e comunicaram que o grupo toparia reforçar a base governista se o Palácio do Planalto aceitasse ceder cargos.

Eles explicaram que a ideia, claro, tinha aval de Lira, mas deixaram claro que a contrapartida seria o controle de órgãos como os ministério do Esporte e do Desenvolvimento Social, além da Caixa Econômica Federal e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O sinal verde foi dado, no entanto, pelo próprio Lula, numa conversa com Lira na sexta-feira pela manhã.

Segundo interlocutores, o presidente da República explicou ao alagoano, entretanto, que não teria como negociar tantos cargos à véspera de votações tão importantes na Câmara. Diante disso, o petista teria pedido que Lira garantisse a aprovação das matérias primeiro e se comprometeu a acomodar seus aliados no governo em negociações que devem acontecer nas próximas semanas, durante o recesso parlamentar.

O empenho do governo rendeu a aprovação da **reforma tributária** e do PL do **Carf**, mas a apreciação do arcabouço fiscal, outra prioridade do governo, ficou para a volta do recesso. Fontes pontuam que esse adiamento pode ter sido estratégico para que o Centrão continue tendo poder de barganha nas negociações com o governo.

A primeira substituição já definida é a de Daniela Carneiro por Celso Sabino (União-PA) no Ministério do Turismo. O líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (BA), fez chegar ao Planalto a leitura de que a mudança pontual não seria suficiente para atrair o partido para a base governista.

A legenda gostaria de receber a pasta "de portas fechadas", ou seja, podendo alterar toda a composição interna, até mesmo do comando da Embratur, hoje nas mãos de Marcelo Freixo, do PT.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Planalto deve ceder espaço ao Centrão na Esplanada

Judiciário e Carf livram empresas de IOF sobre operações societárias

Adriana Aguiar De São Paulo

Recentes decisões do Judiciário e do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** têm anulado autos de infração da **Receita Federal** que cobram IOF sobre operações de aportes de capital. Por entender que se trata de um empréstimo (mútuo), o Fisco aplica a alíquota de 0,041% ao dia do valor principal do contrato.

São casos de empresas que fazem o chamado Adiantamento Para o Futuro Capital (Afac) - medida comumente adotada por acionistas ou cotistas em momentos estratégicos para a companhia.

Mas, segundo juízes, desembargadores e conselheiros, a incidência do imposto deve ser afastada, se ficar comprovado que a operação resultou em aumento de capital. Ou seja, que se trata de Afac e não de mútuo.

Geralmente, o Afac é usado para aumentar o capital social ou atender demandas do fluxo de caixa das companhias. Não incide IOF sobre esse tipo de operação.

Nos processos, o Fisco alega que a capitalização deve estar documentada "por instrumentos formais irrevogáveis dos acionistas, cotistas e órgãos diretivos da empresa". O órgão destaca também que o adiantamento de recursos passa a ter natureza de mútuo, se não houver capitalização no prazo de 120 dias, conforme o Parecer Normativo CST nº 17, de 1984.

As empresas têm recorrido ao **Carf** e ao Judiciário para derrubar essas autuações. Argumentam que se trata de Afac, demonstrando que houve aumento de capital. Apontam ainda que não há lei que imponha a formalização da operação em até 120 dias.

Em decisão recente da 3ª Seção de Julgamento, da 3ª Câmara, da 1ª Turma Ordinária do **Carf**, os conselheiros entenderam que se tiver demonstrado que os recursos repassados representavam realmente um pagamento de Afac, não se caracteriza operação de crédito, afastando-se o fato gerador do IOF. A decisão foi proferida pela maioria dos votos (processo nº 19515.720054/2019-31).

O caso envolve uma holding cujas empresas investidas atuam no setor de logística, principalmente no transporte ferroviário de carga e operações portuárias.

A empresa foi autuada em 2019 por não recolhimento de IOF, acrescido de juros de mora à taxa Selic e multa de ofício de 75%, totalizando um crédito tributário de R\$ 82,1 milhões (valor atualizado até janeiro de 2019).

A fiscalização identificou na contabilidade de 2014 da empresa cerca de R\$ 3 bilhões classificados como "Afac", cujos aportes foram destinados para duas sociedades controladas. A empresa considerou os aportes como operações societárias, mas a fiscalização enquadrou como operações de crédito.

A relatora, conselheira Semíramis de Oliveira Duro, ao analisar o caso, contudo, apontou haver decisões no **Carf** no sentido de que o Parecer Normativo CST nº 17/1984 foi revogado pela Instrução Normativa da Receita nº 79, de 2000 (acórdão nº 3301-005.530). "Isso porque não há norma específica que imponha prazo para a capitalização do Afac", diz no voto.

Nesse mesmo sentido, existem decisões judiciais recentes a favor das companhias. Uma delas, da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que, por maioria, beneficiou uma distribuidora de energia elétrica.

De acordo com o relator, desembargador Paulo Roberto de Oliveira Lima, o tema já foi enfrentado no TRF, em caso análogo (processo nº 0000966-12.2011.4.05.8500).

Nele, ficou decidido que não é obrigatória a comprovação do Afac por meio de celebração de contrato escrito, "podendo ser demonstrado por meio de registro nas escrituras fiscais da empresa".

O relator ainda destacou que, se não tiver autorização no estatuto para o aumento do capital, deve ser realizada assembleia-geral extraordinária, sem que exista prazo para acontecer. Ele se baseou no artigo 166, inciso II e artigo 168 da Lei nº 6.404, de 1976, e na legislação societária (processo nº 0003666-24.2012.4.05.8500).

Assim, a maioria dos desembargadores manteve sentença que excluía o pagamento de IOF de dois aportes feitos pela empresa e transferidos às sociedades controladas: um de R\$ 105,2 milhões e outro de R\$ 270,9 milhões. Somente mantiveram a incidência de IOF sobre os valores que retornaram ao patrimônio da empresa, correspondentes a R\$ 4,4 milhões.

O advogado Maurício Faro, do BMA Advogados, afirma que as empresas nessa situação têm vencido a disputa no Judiciário.

Ele diz que as decisões recentes do **Carf** também tendem a ser favoráveis a elas. "As decisões são importantes porque confirmam que trata-se de Afac, ao existir esse aumento de capital, e que não pode ser considerada como operação de mútuo, ainda que não cumpra esse prazo de 120 dias para a formalização".

A decisão recente do **Carf** deixa claro que não existe base legal para impor esse prazo de 120 dias, segundo Caio Malpighi, tributarista do VSBO Advogados. Nesses casos, diz ele, o que importa é a empresa comprovar que realmente houve aumento de capital, ainda que isso não tenha sido formalizado. "Nesse caso, não há como se falar em operação de mútuo", afirma.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou, por meio de nota ao Valor, que a análise dos casos no **Carf** é feita a partir das circunstâncias e elementos de fato de cada processo.

"Trata-se de tema controverso, tanto que precedentes recentes da 3ª Turma da CSRF [Câmara Superior de Recursos Fiscais] terminaram com votação empatada", diz.

A PGFN ainda destaca na nota que "no acórdão 9303-009.825, a decisão foi favorável à Fazenda Nacional, por voto de qualidade, mantendo-se a exigência de IOF e, nos acórdãos 9303-012.913 e 9303-012.909, houve empate na votação e o resultado foi favorável aos contribuintes por causa do artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002 da [regra de desempate a favor do contribuinte]".

"Não existe base legal para impor prazo de 120 dias para aumento de capital" Caio Malpighi

Governo quer definir relator da tributária e votar Carf no Senado nesta semana, diz líder

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse nesta segunda-feira que o Palácio do Planalto pretende ter ainda nesta semana a definição do relator da **reforma tributária** no Senado e que a Casa vote o projeto de lei que restabelece o voto de desempate do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Em entrevista à GloboNews, Randolfe também disse esperar que o Senado analise até o final deste ano a proposta de emenda à Constituição da **reforma tributária**.

Estou convencido que nós podemos ter no Senado uma tramitação breve, com audiências públicas, com debates, com eventuais ajustes, mas estou convencido que antes do final do ano nós enviaremos a **reforma tributária** ou de volta para a Câmara, com pequenos ajustes, ou preferencialmente já para promulgação, disse à emissora.

Uma das prioridades nossas, do governo... no âmbito do Senado é dialogarmos, sobretudo com o presidente (do Senado Rodrigo) Pacheco, para que nós possamos avançar e ter ainda nesta semana um relator (da **reforma tributária**), acrescentou.

Também no final da semana passada, a Câmara aprovou as mudanças no **Carf**, última instância de recursos administrativos contra punições impostas pela **Receita Federal**, apontada como crucial pelo governo para elevar a arrecadação e cumprir as metas estabelecidas pelo Executivo no novo marco fiscal.

Apesar da resistência de senadores da oposição, Randolfe disse que o governo pretende que o Senado vote a proposta nesta semana.

O PL (projeto de lei) do **Carf** é indispensável para o esforço fiscal do governo, afirmou. É indispensável que esse PL seja aprovado o quanto antes. Nós vamos dialogar com o Senado, temos ainda uma semana do Senado funcionando para apreciação dessa matéria.

Randolfe afirmou ainda que o esforço do Executivo nesta semana no Senado também será no sentido de votar a medida provisória do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de negociar os termos de um

novo decreto sobre o marco do saneamento básico.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-quer-definir-relator-da-tributaria-e-votar-carf-no-senado-nesta-semana-diz-lider,43cd79e502290273a70cd5f5e59b382318o17hja.html>

Tributação caótica já gerou debate sobre Crocs, perfume e farinha de rosca (Reforma tributária)

Provocado a definir se um determinado alimento deveria ser classificado como biscoito ou bolo para fins de tributação, um tribunal inglês avaliou que só seria possível chegar a uma conclusão se fosse considerado o que acontece com o produto após seu vencimento. Se ficar mole, é biscoito; se ficar duro, é bolo.

O exemplo ilustra um problema causado pela dificuldade de sistemas nos quais se aplicam alíquotas diferenciadas para cada produto. No Brasil também são inúmeros os casos que geram disputa, aumentando o contencioso tributário, dada a grande quantidade de **tributos** sobre o consumo e as inúmeras regras de classificação. Algumas delas, com diferenças regionais. Mesmo no caso federal, os enquadramentos muitas vezes variam de acordo com o fiscal responsável pela aferição.

A **Reforma Tributária**, aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada, busca simplificar esse sistema, reduzindo o número de **impostos**.

Em 2021, a Folha pediu a especialistas exemplos das distorções que contribuem para tornar o sistema tributário nacional caótico.

Há alguns casos emblemáticos, como o debate sobre a classificação de barrinhas alimentícias como flocos de cereais ou produtos de confeitaria, para fins de IPI (Imposto sobre Produtos Industriais). A discussão para definir Crocs como calçados impermeáveis ou sandália com tiras de borracha ou plástico, para fins de aplicação de taxa antidumping na importação.

Há também empresas que alteram as características de seus produtos para colocá-los em uma categoria de menor tributação. É o caso daquilo que para o consumidor pode ter a função de perfume (IPI de 42%), mas que consta da nota fiscal como água de colônia (alíquota de 12%). Ou hidratantes (IPI de 22%) que conseguem ser enquadrados como desodorantes (7%).

Os **tributos** podem guiar ainda decisões de investimentos. Por exemplo, incentivar a construção de moradias com mão de obra e uso de concreto

armado, um serviço tributado com 3,65% de PIS/Cofins cumulativo e até 5% de ISS. A mesma obra sobre uma estrutura metálica teria incidência de 12% de ICMS (em São Paulo), mais 9,25% de PIS/Cofins não cumulativo, pois seria enquadrada como um bem.

Há ainda uma série de benefícios tributários que podem compensar custos de logística e tornar mais atrativo fabricar carros em Goiás e criar bois em São Paulo, como dizem alguns especialistas na área.

Embora não seja uma exclusividade do país, são questões que ganharam por aqui um nível de complexidade que se reflete no bilionário contencioso tributário do país, em casos que muitas vezes se arrastam por décadas sem uma solução.

Barrinhas de cereais

Farinha de rosca

Crocs importados

Produtos de higiene e beleza

Construção

Jaffa Cakes

Produto que tem uma base mole coberta de geleia de laranja e uma cobertura de chocolate

Batata Pringles

Tampon book (livro com absorvente)

Fontes: IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), Movimento Pra ser Justo, **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, STJ (Superior Tribunal de Justiça), CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), Rita de la Feria e Tathiane Piscitelli (FGV Direito São Paulo).

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/tributaca-o-caotica-ja-gerou-debate-sobre-crocs-perfume-e-farinha-de-rosca.shtml>

Haddad e Pacheco abrem negociações da reforma

Por Julia Lindner, Edna Simão e Caetano Tonet - De Brasília

O governo já se movimenta para convencer o Senado a não fazer mudanças no texto da **reforma tributária** que impliquem o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para iniciar as negociações. Na avaliação do Ministério da Fazenda, "a PEC 110 foi toda incorporada pela Câmara" e a expectativa da área econômica é que os senadores "suprimam excessos" e promulguem o texto.

Pacheco, no entanto, já tem dito que pretende deixar a "marca" do Senado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, aprovada na semana passada na Câmara. Em conversa com parlamentares, Pacheco teria falado em apensar outras PECs que tratam do tema à matéria.

O governo não se compromete com prazo para votação da matéria, mas, nos bastidores, a expectativa é que seja concluída em outubro. Já a votação do projeto de lei (PL) que muda a regra de empate nos julgamentos do Conselho Administrativo Fiscal (**Carf**) deve ficar para agosto, depois do recesso informal.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Haddad e Pacheco abrem negociações da reforma

Site:

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/07/10/haddad-e-pacheco-abrem-negociacoes-da-reforma.ghtml>

Fazenda quer arrecadar R\$ 34 bi com novo programa de transação tributária

Por **Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon - De Brasília**

O Ministério da Fazenda conseguiu incluir de última hora no Projeto de Lei do **Carf** um novo programa de transação tributária que pode elevar a arrecadação já a partir deste ano, com potencial de receita para a União de até R\$ 34 bilhões em alguns anos. A possibilidade, mais ampla do que a existente hoje, pode criar condições para o governo cumprir as metas de resultado primário previstas.

A proposta já estava sendo desenhada pela equipe econômica e seria lançada em agosto, no âmbito de um pacote elaborado pela pasta do ministro Fernando Haddad para elevar a arrecadação. A Fazenda, porém, viu uma oportunidade para incluí-la no PL do **Carf**, aprovado pela Câmara na sexta-feira. O texto seguirá para o Senado.

A transação é um instrumento previsto no Código Tributário Nacional que autoriza Fisco e contribuinte a negociar condições de pagamento de dívidas. Pela proposta, empresas atuadas pela Receita, com processos no **Carf** ou Judiciário, poderão negociar débitos e obter descontos de até 65%, em 120 parcelas. A redução, até então, era de no máximo 50%, em 84 meses.

Apesar de tratar-se de receita primária não recorrente, pois seu potencial dependerá de adesão voluntária dos contribuintes, especialistas em contas públicas avaliam que o montante, ainda que traga ganho temporário, é importante para os planos de Haddad.

Até o fim deste ano, o governo quer chegar a um déficit de cerca de R\$ 90 bilhões e tem o ambicioso plano de zerar o rombo nas contas públicas em 2024, bem como produzir superávits a partir de 2025.

Outra mudança no novo modelo atual é a possibilidade das empresas negociarem um único processo. Não precisam mais renunciar à tese tributária completa, incluindo casos futuros. Isso, segundo fontes, burocratizava o procedimento. Editais do Ministério da Fazenda apresentarão os temas abertos para a transação, mas sugestões poderão ser feitas pelo contribuinte. O Banco Central também poderá realizar transação com instituições financeiras.

Desde 2019, no modelo atual de transação tributária,

foram fechados mais de dois milhões de acordos.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Fazenda quer arrecadar R\$ 34 bi com novo programa de transação tributária

Site:

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/07/10/fazenda-quer-arrecadar-r-34-bi-com-novo-programa-de-transacao-tributaria.ghtml>

Governo nomeia na Previc réu por gestão temerária

O governo Lula nomeou para diretor de Normas da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) um economista que é réu em uma ação penal na Justiça Federal sob acusação de gestão temerária de recursos da Petros, o fundo de pensão de funcionários da Petrobras.

Alcinei Cardoso Rodrigues, hoje encarregado de propor aprimoramentos para as normas do setor previdenciário, também responde a um procedimento na própria Previc que apura suspeitas de irregularidades na Funcef, o fundo de pensão de funcionários da Caixa Econômica Federal.

Ele nega envolvimento nos casos, destaca que os processos aos quais responde ainda não foram concluídos e diz confiar em sua absolvição.

A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União em 12 de abril pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. A Previc é vinculada ao Ministério da **Previdência Social** e é responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de **previdência complementar**.

A Previc afirmou, em nota, que Rodrigues preenche os requisitos de reputação ilibada e formação compatível com o cargo. "Registre-se que não houve o trânsito em julgado no Poder Judiciário de nenhum dos processos mencionados de forma a afastar a reputação ilibada e a presunção de inocência garantida constitucionalmente", disse o órgão.

Procurada, a Casa Civil não se manifestou.

Em janeiro de 2019, Rodrigues e outras seis pessoas foram denunciados pelos procuradores da extinta Operação Greenfield, um desdobramento da Lava-Jato em Brasília, sob a acusação de gerir de forma temerária a Petros. A acusação se baseia na aprovação dada por diretores da Petros para um aporte de R\$ 85 milhões em um fundo de participações.

Segundo a denúncia, o investimento gerou "flagrante prejuízo para a Petros". A suposta gestão fraudulenta, na visão do Ministério Público Federal (MPF), ocorreu de 2008, quando foi feito o primeiro aporte, até 2014.

O envolvimento de Rodrigues, de acordo com a acusação, se deu quando ele era assessor de

Diretoria da Petros, com um voto favorável à "aprovação irregular da proposta de investimento temerário" dos recursos do fundo de pensão. Tal proposta, segundo o MPF, "não observou os devidos ditames legais" nem foi precedida de "avaliações aprofundadas de risco".

Ao GLOBO, Rodrigues afirmou que ele não era assessor de diretoria quando a proposta de investimento foi aprovada, em 2008, mas membro de um conselho meramente consultivo. O atual diretor da Previc também disse que, à época, realizou os estudos de risco antes de se manifestar.

-Não tinha óbice, não tinha nenhum motivo para ter oposição (à proposta de investimento).

Estou tranquilo quanto a isso -afirmou.

Segundo Rodrigues, o MPF denunciou todas as pessoas que, de algum modo, participaram do processo de aprovação, mas ele acredita que a Justiça deverá fazer uma "depuração" no decorrer da ação penal.

Já no âmbito interno da Previc, órgão do qual se tornou diretor, Rodrigues responde a procedimento que apura sua atuação como coordenador de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos em Participações da Funcef. Ele trabalhou no fundo de pensão da Caixa depois de deixar a Petros, em 2011.

IMPEDIMENTO Em dezembro passado, a Previc aplicou uma multa de R\$ 40.339 a Rodrigues e outros gestores da Funcef em um processo relativo a investimentos da entidade no Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Sondas, que também causou perdas para os investidores. O caso na Previc é analisado pela Diretoria Colegiada, da qual Rodrigues passou a fazer parte.

Rodrigues disse que, também nesse caso, não cometeu nenhuma irregularidade e informou que está recorrendo da multa aplicada. Ele ainda afirmou que não participará das reuniões da Diretoria Colegiada da Previc quando seu processo estiver em pauta.

A esse respeito, a Previc afirmou que "não existe possibilidade" de Rodrigues participar "de qualquer julgamento que envolva seu interesse direto ou

indireto".

Investigação.

Alcinei Rodrigues foi denunciado pelos procuradores da extinta Operação Greenfield, desdobramento da Lava-Jato em Brasília

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira leva centrão para governo Lula e agora abraça o mercado

ANÁLISE *Thiago Resende repórter em Brasília*

Arthur Lira (PP-AL) já tinha alcançado conquistas expressivas para o centrão, bloco que lidera. Em dois anos e meio na presidência, ele tem fortalecido as bases para que o grupo possa continuar com o monopólio da Câmara e poder sobre o Orçamento. Na semana que passou, deu outro passo relevante: deixou agora também sua marca definitiva com o mercado financeiro.

Reeleito com a votação recorde de 464 deputados, o presidente da Câmara usou o capital político que tem no plenário para aprovar a **Reforma Tributária** -um feito histórico, aguardado há mais de três décadas.

Em menos de uma semana, o deputado alagoano fez o clima mudar em Brasília e costurou o apoio de governadores e partidos para a **Reforma Tributária** atingir 382 votos. Eram necessários 308, por ser uma PEC (proposta de emenda à Constituição).

Ao longo das suas duas gestões na presidência da Casa, Lira foi se posicionando com acenos ao mercado, construindo seus mandatos como um defensor de pautas liberais, fez projetos serem aprovados e agora consolida de vez sua imagem com empresários e investidores.

Os laços mais estreitos eram uma meta clara do deputado, que teve início ainda no período de seu antecessor, Rodrigo Maia (PSDB--RJ), justamente na tentativa de rivalizar com ele. Na época, Maia conseguiu se firmar com o mercado, carimbando seu nome com a aprovação da Reforma da Previdência.

Se a PEC for aprovada também pelo Senado, Lira irá conduzir votações de projetos complementares para concluir o quebra-cabeça da **Reforma Tributária** até o fim de sua gestão, em janeiro de 2025.

Isso dará reiteradas oportunidades para o alagoano se firmar como o queridinho do mercado e buscar envernizar a figura de líder do centrão.

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), deu um empurrão para esse projeto de Lira. A investigação sobre supostos desvios em contratos de kits de robótica, que envolve aliados do presidente da Câmara e repasses de emendas, foi suspensa

enquanto o deputado desatava os nós para as votações no plenário.

Desde o governo Jair Bolsonaro (PL), Lira construiu um espólio valioso para os deputados. A gorda fatia do Orçamento para emendas consolida o processo de independência e fortalecimento da Câmara, iniciado lá no governo de Dilma Rousseff (PT).

Com o respaldo de uma massa de fiéis na Câmara, ele negociou com Lula e, em menos de seis meses, revisou cláusulas contratuais com o petista. O deputado trilhou o caminho do centrão para dentro do governo e se reposicionou na distribuição de bilhões de reais das emendas.

Assim, Lira consegue mobilizar seus devotos para praticamente qualquer direção na Câmara. Foram poucas derrotas -uma delas foi o adiamento do PL das Fake News, em maio.

A **Reforma Tributária** é de interesse do Palácio do Planalto. Mas Lula não se engajou muito. Preferiu empoderar Lira e auxiliares do governo, principalmente Fernando Haddad (Fazenda), que entrou na articulação e criou as condições financeiras para a proposta avançar.

"Como falar de velocidade, de rapidez na votação de uma **Reforma Tributária** que é esperada pela nação há mais de 50 anos?" discursou Lira na quinta-feira (6), rebatendo críticas de que não houve tempo suficiente para que os deputados avaliassem a proposta, cuja versão final foi apresentada horas antes da sessão.

Mesmo quem votou a favor do texto reconhecia que a reforma aprovada não é a ideal, mas era necessário liquidar esse assunto na Câmara. Alguns dos aliados de Lira confessaram nos bastidores que votaram a favor do projeto pela gratidão que têm ao alagoano.

Lula não conseguiu, nesses seis meses, ajustar uma base sólida de deputados. A reforma passou pela Câmara sem que o petista alinhasse com o centrão quantos e quais ministérios serão presenteados. As negociações estavam em curso enquanto Lira batalhava pela reforma.

Mas agora chegou o momento de o Planalto resolver

as pendências como centrão.

A pauta legislativa do governo Lula já foi praticamente concluída na Câmara neste semestre -tarefa executada na base da força política de Lira. Não há, por ora, um propósito comum que una Lira e Lula nas votações. Com isso, o preço para o deputado frear derrotas do petista no plenário deverá subir.

Lira vocaliza nos últimos meses a insatisfação do centrão com o espaço que tem nos ministérios de Lula. O deputado intermediou a aproximação do Planalto com o bloco, o que deve resultar numa **reforma ministerial**.

Lula precisará abrigar aliados de Lira para que não seja penalizado no plenário nos próximos meses, seja em derrotas na área ambiental, por exemplo, ou na elaboração do Orçamento do próximo ano -que está nas mãos de um relator do PL, partido de Bolsonaro.

Resta saber em que termos será essa aliança do governo com o centrão, pois a fatura apresentada pelo bloco de Lira é alta, incluindo ministérios como o da Saúde e o do Bolsa Família. Para uma relação estável, alguém vai ter que ceder.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globohttps://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333>

Conselho é o nó da reforma

RAFAELA GONÇALVES

Um dos pontos mais polêmicos da **reforma tributária**, que seguiu para análise no Senado, é a criação de um órgão que vai decidir como será a divisão de recursos oriundo da arrecadação do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) entre estados e municípios. Os critérios de composição do Conselho Federativo preocupa prefeitos e governadores, que temem perder autonomia.

O colegiado será a instância máxima para o IBS - tributo que será criado pela reforma para substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente nos estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), cobrado nos municípios.

De última hora, a Câmara dos Deputados acatou um pedido do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), junto com outros governadores das regiões Sul e Sudeste, para incluir a regra que prevê que o grupo de estados vencedores em deliberações precisará representar 60% da população brasileira. O critério, no entanto, não agradou boa parte dos estados, que creem que foram passados para trás.

De acordo com o texto aprovado na Câmara, as 27 unidades da Federação indicarão um representante cada uma.

O conjunto dos 5.568 municípios terá direito a eleger outros 27 membros, sendo 14 representantes com base nos votos de cada município - com valor igual para todos - e 13 representantes com base na média ponderada dos votos de cada município pela respectiva populações. Na perspectiva de parlamentares, a divisão acabou elevando o poder decisório de Sul e Sudeste.

Além do Conselho, a Câmara retirou da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) o artigo 19, que indicava a prorrogação de benefícios para indústrias das regiões Norte e Nordeste até 2032. O dispositivo também estendia benefícios para fabricantes de veículos das duas regiões e do Centro-Oeste, cujos estados ficaram insatisfeitos. Esses pontos devem inflamar o conflito entre as unidades da Federação na casa parlamentar delas, o Senado.

Revisão no Senado

A expectativa é de que os critérios de composição do Conselho sejam revistos, pois, diferentemente da

Câmara, onde o número de deputados é proporcional à população dos estados, o Senado tem três representantes para cada ente da federação, equilibrando a tomada de decisão.

Governadores que se sentem prejudicados, como o de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), contam com o Senado para dar uma nova redação a um texto que, para ele, piora em vez de melhorar a tributação brasileira.

Único dos 27 chefes de Executivo estadual radicalmente contrário à reforma, ele afirmou que os critérios de composição do colegiado são "uma afronta" ao pacto federativo, conjunto de regras criadas para dividir as competências e organizar o funcionamento do Estado brasileiro.

Para o governador, a regra cria uma divisão definitiva do país, tanto que disse estar disposto a ir contra a reforma até o fim. "O texto prevê que quem vai mandar no Conselho Federativo são os estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, que detêm o maior número de habitantes.

Se isso for aprovado, irei entrar com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir esse completo desatino ao pacto federativo", ameaçou.

Caiado enfatizou que "não podemos admitir que os estados sejam divididos entre alto e baixo clero, onde os "melhores" decidem como será feita a divisão dos recursos destinados aos demais.

Isso é uma excrescência, cria uma divisão definitiva do Brasil. Um completo absurdo".

A expectativa é de que a tramitação no Senado seja mais lenta. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), estima que a votação ocorra até novembro. Senadores, porém, sinalizaram que pretendem pedir estimativas de impacto da reforma e analisar o saldo para estados e municípios, sem compromissos em aprovar a matéria rapidamente. Líderes consideram que a proposta, em linhas gerais, é positiva, mas avaliam que nem todos os deputados sabiam exatamente o que estava sendo votado depois dos últimos acordos.

O senador Izalci Lucas (PSDB- DF) chegou a sugerir a criação de um grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos, aos moldes do que foi feito na Câmara, mas o martelo não está batido. A própria

ministra do Planejamento e Orçamento, a ex-senadora Simone Tebet (MDB), afirmou que o Senado "vai precisar um pouco mais de tempo" - e que, como ex-integrante da Casa, está convicta de que todos os prazos regimentais serão utilizados.

Ao comemorar a aprovação da reforma, Tebet reconheceu que a proposta sempre teve "pedras no caminho", como o pacto federativo. "Estive no Senado por oito anos, sei o que pesa e onde ficam os problemas. Nós discutimos isso por oito anos e não conseguimos avançar em relação a tributária", admitiu.

Ajustes finos

Segundo Tebet, alguns ajustes finos sobre o pacto ainda deverão ser realizados com os governadores: "Essa questão do pacto federativo já foi praticamente equacionada, ainda que não na sua inteireza pela Câmara dos Deputados. É até bom que se tenha esse tempo porque é uma reforma tão importante, e é preciso que as 27 unidades da federação estejam satisfeitos e seguros de que não terão perdas na sua arrecadação".

Outros pontos importantes ainda poderão ter regulamentação posterior por meio de lei complementar, como os critérios de divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR), que receberá aportes do governo federal para estados e municípios.

O repasse foi motivo de outro grande embate durante as negociações com governadores.

A falta de consenso entre as unidades da Federação fez com que o critério de repartição não entrasse no texto da PEC. Se houver acordo, a mudança pode ser feita no Senado. Caso contrário, a regulamentação fica para lei complementar. A União se comprometeu a bancar o fundo com aporte de R\$ 8 bilhões, em 2029, e elevação gradual, até chegar a R\$ 40 bilhões a partir de 2033, em valores corrigidos pela inflação.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Conselho Federativo é o nó da reforma tributária; saiba o motivo

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/10/all.pdf>

Tarcísio assume direita descolada de Bolsonaro

RAFAELA GONÇALVES, VICTOR CORREIA

A crise de relacionamento entre a extrema direita e Tarcísio de Freitas (Republicanos), têm somado pontos para o até então pupilo de Jair Bolsonaro (PL), que tenta fazer um movimento em direção ao centro. Eleito na esteira do ex-presidente e integrante da Esplanada no governo passado, o ex-governador de São Paulo se consolida como um nome moderado da direita ao manter uma relação de cordialidade com o trato amigável com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu primeiro escalão.

A cobrança pública de Bolsonaro e seus apoiadores ao governador por sua postura favorável à aprovação da **reforma tributária** expôs a crise que vinha sendo mantida nos bastidores, mas não foi o primeiro episódio que causou estresse entre Tarcísio e sua base eleitoral mais radical. Em 30 de outubro do ano passado, consolidada a eleição de Lula em segundo turno, o também recém-eleito governador afirmou que buscaria "o melhor diálogo possível" com o novo presidente.

O governador paulista reuniu-se mais de uma vez com Lula e integrantes do governo federal, chegando, inclusive, a subir em palanques ao lado do petista.

Mesmo assim, procura não afrontar o bolsonarismo com postura de independência.

Nas discussões sobre a **reforma tributária**, Tarcísio esteve contrário até a última semana de negociações, quando os governadores e prefeitos vieram em peso a Brasília para tentar garantir eventuais perdas na arrecadação com a unificação de **impostos**.

Tarcísio e vários governadores decidiram, na última hora, no dia da votação, apoiar o texto da reforma. A mudança de posição veio depois do acordo com o relator da proposta de emenda constitucional, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que acatou demandas dos estados liderados pelo governador paulista. Foi nesse contexto que ocorreu a reunião no PL, logo depois do ajuste da PEC.

Na leitura de Tarcísio, que tentou explicar a Bolsonaro e aos parlamentares do partido do ex-presidente, a reforma estava encaminhada e tentar barrá-la só traria mais "narrativa" para a esquerda.

Fracassou e foi hostilizado na reunião, conforme as imagens que correram as redes sociais.

A foto ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad - ex-adversário de Tarcísio na corrida ao Palácio dos Bandeirantes, em 2022 -, mostrou que prevaleceu, sobretudo, pragmatismo político nas negociações. O apoio do governador à reforma irritou as figuras mais leais a Bolsonaro, que tentam transformar a votação da reforma em um terceiro turno eleitoral contra Lula e a esquerda.

"O que ele (Tarcísio) disse foi o seguinte: vamos todos abraçar a **reforma tributária** para que ela seja de todos, e não leve todo o capital político para o presidente Lula. Só que o Bolsonaro não soube trabalhar nessa linha", avalia o cientista político André Rosa. Em sua visão, o ex-presidente rachou a direita, que pode projetar ainda mais o governador paulista.

"Bolsonaro cometeu um primeiro grande erro à frente da oposição. Na verdade, a análise do Tarcísio foi lúcida.

O ex-presidente apostou que barraria a matéria em um Congresso de maioria conservadora. Só que ele não é mais presidente e percebeu que não tem como frear uma PEC contra um governo que liberou bilhões em emendas", complementou Rosa.

O papel de Bolsonaro para a direita, no momento, é eleitoral. Inelegível, ele tenta angariar aliados para disputar as eleições municipais de 2024, mas pretende ser um cabo eleitoral para o ainda distante pleito de 2026. Para esta, Tarcísio já como potencial candidato à Presidência pelo espectro de direita e sem os votos do bolsonarismo - apesar da boa relação que mantém com o antigo chefe.

Perda de capital

O saldo é de que o ex-presidente colheu mais uma derrota ao tentar articular uma ofensiva contra a reforma, enquanto Tarcísio ganhou protagonismo liderando os governadores nas negociações do texto.

Para o cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Sérgio Praça, "a reforma não tinha um perdedor político claro até Bolsonaro se

apresentar como essa figura. Ele estava quieto, não teria sido considerado um perdedor, mas, na véspera, fez questão de reforçar o coro contra".

Outros quatro governadores ligados ao ex-presidente se posicionaram favoravelmente à reforma: Cláudio Castro (PL-RJ), Ratinho Jr. (PSD-PR), Romeu Zema (Novo-MG) e Ibaneis Rocha (MDB-DF). Praça lembra que Tarcísio é um conservador pragmático.

"Jogou bem, aproveitou o momento e saiu surpreendentemente como um dos vitoriosos da reforma, mas não podemos esquecer de que é um conservador pragmático.

Ele, que fez carreira política graças ao bolsonarismo, conseguiu dar um passo para se dissociar da extrema direita, saindo como moderado depois de encontro com Haddad", afirmou.

Apesar disso, Praça salienta que é cedo para considerar Tarcísio um nome forte para a próxima corrida ao Palácio do Planalto. "Ele ainda pode concorrer a uma reeleição em São Paulo. Pelas movimentações que estamos vendo, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, tem mais pressa e irá se filiar ao PL pensando na disputa da Presidência".

Sérgio Praça crê que a derrocada de Bolsonaro está acelerada. "A tendência, claro, é de que ele perca mais poder político nos próximos meses. E essa direita, que antes era bolsonarista, como Zema e Tarcísio, tem que se reagrupar em torno de outros partidos e outros personagens.

Talvez isso (a reforma) tenha acelerado esse processo", afirmou.

Parlamentares aliados do ex-presidente dizem que o episódio deixou claro que Tarcísio não joga com o time e tem um projeto político próprio. O movimento de independência pode lhe custar ainda apoio no estado, ao mesmo tempo em que vai precisar dos votos da direita na Assembleia Legislativa e em eventual projeto presidencial.

Mesmo com a possibilidade de Tarcísio se tornar alvo ao se descolar do bolsonarismo, Praça acredita que o governador nada tem a perder. "Quando chegar a hora de escolher entre Tarcísio e um candidato à esquerda, o bolsonarismo ainda vai optar por Tarcísio.

O custo político desse impasse para ele foi zero", avaliou.

"O que ele (Tarcísio) disse foi o seguinte: vamos todos abraçar a **reforma tributária** para que ela seja de todos, e não leve todo o capital político para o

presidente Lula" André Rosa, cientista político

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Tarcísio assume liderança da direita descolada de Bolsonaro

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/10/all.pdf>

Domínio do Sudeste em conselho desagrada outros governadores

Rafaela Gonçalves

Um dos pontos mais polêmicos da **reforma tributária**, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e que seguiu para análise no Senado, é a criação de um órgão que vai decidir como será a divisão de recursos entre estados e municípios. Os critérios de composição do Conselho Federativo, responsável por centralizar a arrecadação do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), preocupa prefeitos e governadores que temem perder autonomia. O colegiado será a instância máxima responsável por gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O tributo será criado pela reforma para substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), tributo municipal.

De última hora, a Câmara dos Deputados acabou acatando um pedido do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), junto a outros governadores das regiões Sul e Sudeste, para incluir a regra que prevê que o grupo de estados vencedores em deliberações precisará representar 60% da população brasileira. O critério, no entanto, não agradou boa parte dos estados que sentem que foram passados para trás. Caso a maioria da população esteja com o grupo perdedor, esse poderá ter poder de veto. Dessa forma, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro teriam sempre a preferência em decisões.

De acordo com o texto aprovado na Câmara, os 27 estados poderão indicar 27 representantes. O conjunto dos 5.568 municípios poderá indicar 27 membros, sendo 14 representantes com base nos votos de cada cidade, com valor igual para todos. E 13 representantes com base nos votos de cada município ponderados pelas respectivas populações.

Na perspectiva de parlamentares, a divisão acabou elevando o poder das regiões Sul e Sudeste. Além do conselho, a Câmara ainda retirou da proposta de emenda à Constituição (PEC) o artigo 19, que indicava a prorrogação de benefícios para indústrias das regiões Norte e Nordeste até 2032. O dispositivo também prorrogava benefícios para fabricantes de veículos das duas regiões e do Centro-Oeste, que demonstrou insatisfação. Esses pontos devem inflamar o conflito entre os estados na disputa no Senado. A expectativa é de que os critérios de

composição do conselho sejam revistos, pois diferentemente da Câmara, onde o número de deputados é proporcional à população dos estados, o Senado tem três representantes para cada ente da federação, igualando a tomada de decisão.

Governadores que se sentem prejudicados, como o de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), contam com o Senado para azeitar o texto. Único dos 27 chefes do Executivo nos estados que seguiu com sua posição radical contra a reforma até o fim, Caiado afirmou que os critérios de composição do colegiado são "uma afronta" ao pacto federativo, conjunto de regras criadas para dividir as competências e organizar o funcionamento do Estado brasileiro.

Para o governador goiano, a regra cria uma divisão definitiva do país e ele disse estar disposto a ir contra a determinação até o fim. "O novo texto da reforma prevê que quem vai mandar no Conselho Federativo são os estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, que detêm o maior número de habitantes. Se isso for aprovado [no Senado também], irei entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir esse completo desatino ao pacto federativo", declarou.

Caiado enfatizou: "Não podemos admitir que os estados sejam divididos entre alto e baixo clero, onde os "melhores" decidem como será feita a divisão dos recursos destinados aos demais. Isso é uma excrescência, cria uma divisão definitiva do Brasil. Um completo absurdo."

A expectativa é de que a tramitação no Senado seja mais lenta. O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (AP), estima que a votação ocorra até novembro. Senadores já sinalizaram que pretendem pedir estimativas de impacto da reforma, analisar o saldo para estados e municípios, e imprimir seu próprio ritmo às discussões do texto aprovado pela Câmara. Líderes consideram que a proposta é positiva em linhas gerais, mas avaliam que nem todos os deputados sabiam exatamente o que estava sendo votado depois dos últimos acordos.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) chegou a mencionar a criação de um grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos, aos moldes do que foi feito na Câmara, mas o martelo não está

batido. A própria ministra do Planejamento e Orçamento, a ex-senadora Simone Tebet (MDB), afirmou que o Senado "vai precisar um pouco mais de tempo" e que, conhecendo a Casa, todos os prazos regimentais serão utilizados.

Ao comemorar a aprovação da pauta, Simone Tebet reconheceu que a proposta sempre teve "pedras no caminho", como o pacto federativo. "Eu estive no Senado por oito anos, sei o que pesa e onde ficam os problemas. Nós discutimos isso por oito anos e não conseguimos avançar em relação a tributária", contou.

AJUSTES FINOS

Simone Tebet avalia que alguns ajustes finos sobre o pacto ainda deverão ser realizados com os governadores no Senado: "Essa questão do pacto federativo já foi praticamente equacionada, ainda que não na sua inteireza pela Câmara dos Deputados. É até bom que se tenha esse tempo porque é uma reforma tão importante e é preciso que os 27 estados da federação brasileira estejam satisfeitos e seguros de que não terão perdas na sua arrecadação."

Outros pontos importantes ainda poderão ter regulamentação posterior por meio de lei complementar, como os critérios de divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR), que receberá aportes do governo federal para Estados e municípios. O repasse foi motivo de outro grande imbróglio durante as negociações com governadores.

A falta de consenso entre os estados fez com que o critério de repartição não entrasse no texto da PEC. Se houver acordo, a mudança pode ser feita no Senado. Caso contrário, a regulamentação fica para lei complementar. A União se comprometeu a bancar o fundo com aporte de R\$ 8 bilhões em 2029 e elevação gradual, até chegar a R\$ 40 bilhões a partir de 2033, em valores corrigidos pela inflação.

"O novo texto da reforma prevê que quem vai mandar no Conselho Federativo são os estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, que detêm o maior número de habitantes. Se isso for aprovado [no Senado também], irei entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir esse completo desatino ao pacto federativo"

Ronaldo Caiado (União Brasil), governador de Goiás

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/07/2023/p1>

Tarcísio terá elo com bolsonarismo testado no Governo de SP e em 2026

Joelmir Tavares são paulo / Géssica Brandino são paulo

O azedar das relações entre Tarcísio de Freitas (Republicanos) e a direita alinhada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que deixa incerto o apoio do segmento à gestão do governador de São Paulo e aos planos eleitorais dele para 2026, vem sendo ilustrado nos bastidores com uma metáfora.

No resumo de um expoente desse campo, é como ter em casa um vaso de cristal que trincou: não significa que ele será jogado no lixo, mas se sabe que nunca mais voltará a ser como era.

Tarcísio, que se estranhou como padrinho político ao divergir dele e defender a aprovação da **Reforma Tributária**, é o mais novo político a ganhar do bolsonarismo a pecha de traidor. A maldição já se abateu sobre o ex-governador João Doria e a ex-deputada federal Joice Hasselmann, por exemplo.

No caso do atual governador, o rótulo embute um potencial danoso inferior ao que afetou os dois ex-aliados com o n-vertidos em opositores de Bolsonaro, mas traz obstáculos adicionais ao trabalho dele como gestor e à candidatura na próxima eleição, segundo avaliações do universo político.

Com o embate, Tarcísio se distanciou da quase unanimidade na direita em torno de seu nome para a sucessão de Lula (PT), dada a inelegibilidade de Bolsonaro. O titular do Palácio dos Bandeirantes admite apenas disputar a reeleição, numa tática para dissipar a pressão antecipada por voos mais altos.

Sendo ele candidato à recondução ou ao Planalto, a ordem natural era gozar do endosso da ala mais ideológica do bolsonarismo, somada às parcelas da direita e do centro político que vêm recebendo acenos dele desde sua chegada à cadeira, no início do ano. Hoje, isso já não é tão certo.

Na prática, o novo cenário pode significar entraves na aprovação de projetos na Assembleia Legislativa, onde deputados bolsonaristas re-moem mágoas agora escancaradas com o governador, e exigirá adaptações de discurso para evitar que a base política e social seja implodida.

A leitura de políticos e observadores ouvidos pela

Folha é a de que Tarcísio adquiriu envergadura a ponto de poder prescindir do bolsonarismo militante nas eleições. Ao buscar equilíbrio e se afastar de posições extremistas, atraiu a simpatia de eleitores que navegam da centro-direita à centro-esquerda.

Por isso, amargar uma derrocada como a dos outrora "traidores" Doria e Joice estaria descartado. Em pesquisa Datafolha de abril, a gestão Tarcísio foi avaliada como ótima ou boa por 44% da população, como regular por 39% e como ruim ou péssima por 11%.

"Ele saiu muito grande do debate da **Reforma Tributária**", diz Luiz Felipe D Avila, que concorreu à Presidência pelo Novo em 2022. "Trabalhou para aperfeiçoar o texto em vez de unicamente atacá-lo, conciliou visões antagônicas e tratou o tema como uma questão de Estado, não política." Na lógica de atores que cogitam Tarcísio como opção para aglutinar o antipetismo na próxima corrida presidencial, o governador acertou ao contrariar Bolsonaro e seu séquito na Câmara dos Deputados -hoje empenhados em não sucumbir ao isolamento e à inexpressividade política.

A ala barulhenta da direita, contudo, buscou dar demonstrações de força no embate entre criador e criatura. O racha ficou evidente não só na já célebre reunião do PL em Brasília na qual Bolsonaro chegou a atravessar seu ex-ministro, que tentava discursar entre interrupções e palavras de ordem.

No próprio secretariado de Tarcísio há esforços para baixar a temperatura do confronto e creditar a celeuma a uma minoria radical.

Nas redes, nomes como o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) e o estadual Gil Diniz (PL-SP) expuseram críticas a Tarcísio antes restritas a conversas fechadas, inflamando também a militância. As queixas, basicamente, são a de que ele rejeita o grupo e vacila na fidelidade a Bolsonaro.

Aí entra a analogia com o vaso de cristal. As insatisfações existem, mas não necessariamente Tarcísio será abandonado. Se for a única opção da direita para o Bandeirantes ou o Planalto, e Bolsonaro der sua bênção, ele poderá ser novamente abraçado - mas também precisará dar contrapartidas.

"Tenho convicção de que eles sairão ainda mais unidos e fortalecidos dessa história, para frustração da esquerda", diz a deputada federal Rosana Valle (PL-SP) ao minimizar a rusga, que para ela "está sendo potencializada pelos opositores" com a intenção de afastar e enfraquecer a dupla.

Os dois conversaram após a crise pública e, segundo interlocutores, combinaram de passar uma borracha no acontecido, por impossível que isso seja. Não interessa a nenhum dos dois neste momento um rompimento, embora a relação deles saia estremecida.

Com o imbróglio, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), ampliou a movimentação com vistas a se cacifar como presidenciável e eventual herdeiro do espólio bolsonarista.

A avaliação entre os entusiastas de Tarcísio é que ele reúne várias características desejáveis para capitanear a direita nacional em 2026, tendo ou não o suporte de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, bastaria um pedido de trégua do ex-presidente a seus admiradores para as críticas cessarem.

Líder da bancada PT/PC do B/PV na Assembleia, Paulo Fiorilo (PT-SP) diz que a dificuldade do governador na Casa pode se ampliar. "Já havia uma insatisfação de uma parte dos bolsonaristas, que pode ter um motivo a mais para fazer boicote ou obstrução a pautas de interesse do governo." Fiorilo lembra que propostas cruciais para Tarcísio, como a privatização da Sabesp e a reforma administrativa, enfrentarão obstáculos e podem ter uma tramitação demorada. Se a ala bolsonarista do PL impuser dificuldades, o governo terá que garimpar apoios em outros partidos.

Concretamente, no entanto, soa improvável que parlamentares eleitos com bandeiras liberais na economia contrariem seus eleitores e votem contra medidas da área.

Fiorilo concorda com a ideia de que o governador saiu da discussão da **Reforma Tributária** com um ganho de imagem. "O grande derrotado nessa votação foi o Bolsonaro, que só falou e foi incapaz de ser o grande articulador [da oposição], abrindo margem para o Tarcísio fazer esse papel." Há impressão semelhante mesmo na direita, com representantes desse espectro afirmando que a postura do governador no caso reforçou sua jornada rumo ao centro, o que o deixa confortável eleitoralmente, em âmbito estadual ou nacional, caso eventualmente seja abandonado pelo bolsonarismo.

Um ex-colega de Esplanada dos Ministérios, falando sob condição de anonimato, diz que a revolta está

restrita à chamada ala radical e que desde o início do mandato Tarcísio está sob a mira de bolsonaristas descontentes com o espaço para o grupo, mas vem contornando o fogo amigo.

Ainda segundo esse ex-ministro, a discussão das regras tributárias fez o governador ganhar pontos com a classe média, ao passo que Bolsonaro se descolou dela. Isso seria resultado do jeito diferente de governar, o que não o impediria de demonstrar gratidão ao ex-chefe, como vem fazendo.

Sempre serei leal e grato a Bolsonaro, afirma governador

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), minimizou neste domingo (9) o desentendimento público com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por causa da **Reforma Tributária**.

"Sempre tive uma lealdade muito grande [a Bolsonaro]. Os pontos sobre reforma eu tinha colocado antes para ele e tá tudo bem. Conversamos e sempre serei leal ao presidente, sempre serei grato ao presidente. Se eu estou aqui, eu devo a ele", disse.

A declaração foi dada durante um evento de comemoração pela Revolução de 32, na capital paulista. Ao ser questionado por jornalistas sobre a crise com Bolsonaro, Tarcísio chamou o ex-presidente de "grande amigo" e disse que a divergência era natural.

"Não é possível que a gente vá concordar sempre em tudo, já era assim quando eu era ministro. Tinham situações que eu discordava dele, mas procurava assessorá-lo da maneira mais respeitosa, da maneira mais leal possível."

"Já havia uma insatisfação de uma parte dos bolsonaristas, que pode ter um motivo a mais para fazer boicote ou obstrução a pautas de interesse do governo" Paulo Fiorilo (PT-SP) deputado estadual, sobre dificuldades que Tarcísio pode enfrentar na Assembleia

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globohttps://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333>

No exterior, reforma tributária era "aguardada havia décadas" - TODA MÍDIA

Nelson de Sá

Nos EUA e na Europa, a aprovação da **reforma tributária** na Câmara resultou em títulos como "leva mercados a rali", na Bloomberg, recorrendo a qualificações como "histórica", na Reuters.

A home page do Financial Times destacou com foto a notícia da aprovação, seguida internamente do aviso de que "agora é necessária votação no Senado para simplificar um dos regimes tributários mais complicados do mundo".

No espanhol El País, descrevendo como "espetacular a aceleração das negociações [após anos de] eternos debates", o projeto visa a "simplificar um sistema barroco que pune os pobres e recompensa os ricos e os acionistas".

Tratando a reforma como "longamente aguardada", o FT explica: "A maior economia da América Latina é prejudicada há décadas pela complexidade e opacidade de seu regime tributário. Uma empresa de médio porte do Brasil leva 1.500 horas para preparar e pagar **impostos**, de longe o maior tempo do mundo, segundo o Banco Mundial. Uma empresa dos EUA leva 175 horas".

Registrando nota em que o banco JP Morgan disse que "muitos duvidavam" da aprovação, a Reuters despachou que "a reforma, já tentada por vários governos sem sucesso, é um passo fundamental no plano de Lula para impulsionar o crescimento". Na Bloomberg, "a reforma, que escapou de políticos brasileiros por décadas, está entre as prioridades do governo".

Desmatamento cai

Mais até do que a reforma trabalhista, ecoou no exterior no final da semana a redução no desmatamento no primeiro semestre, no Brasil.

No título da agência de notícias americana Associated Press, em extenso relato, "Nos primeiros seis meses de Lula, o desmatamento da Amazônia brasileira caiu 34%, invertendo a tendência sob Bolsonaro". Também por BBC e outros ocidentais, recorrendo à AP.

Na agência chinesa Xinhua, "O desmatamento na floresta amazônica brasileira diminuiu quase 34% em relação ao ano anterior". No canal de notícias Ifeng (Fênix), com destaque para a ministra Marina Silva (abaixo), "Governo brasileiro diz que desmatamento está melhorando".

No Libération e por outros franceses, como Le Monde, a cobertura decepcionada com Lula de duas semanas atrás mudou para "No Brasil, desmatamento caiu drasticamente desde a chegada de Lula ao poder". O Libé ouviu, do Observatório Brasileiro do Clima, que é efeito das operações de fiscalização e combate.

"Resumindo, estamos priorizando a aplicação da lei ambiental", falou à AP o diretor de proteção ambiental do Ibama, Jair Schmitt. A agência anota que os dados vêm um mês antes da cúpula programada para Belém, no Pará.

Um encontro preparatório para a cúpula levou Lula a se reunir no fim de semana, numa cidade da Colômbia, com Gustavo Petro. A cobertura no país trouxe enunciados como "Leticia, epicentro do "grande acordo" da Amazônia", no Vanguardia, e "Petro e Lula da Silva: uma cúpula para o futuro da floresta", no El Tiempo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobohttps://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333>

Multinacionais estão otimistas com o Brasil e esperam alta nas vendas

O humor das multinacionais que atuam no Brasil tem demonstrado sinais otimistas diante de um cenário de redução nas expectativas de **inflação** e perspectivas positivas sobre temas como a **Reforma Tributária** e o arcabouço fiscal.

Levantamento feito pela Folha a partir de teleconferências feitas em maio e junho por cem multinacionais que atuam no Brasil identificou comentários positivos por parte dos executivos em 80% dos casos. Os outros 20% que citaram o país em suas declarações em eventos apontaram queixas ou alguma preocupação.

O termômetro das multinacionais aponta boas perspectivas de vendas no país em áreas como alimentação, tecnologia, suprimentos agrícolas e medicamentos. Elas celebram melhoras na **inflação** e no poder de compra da população, bem como perspectiva de boa safra agrícola neste ano e de aumento da demanda chinesa, que avança no processo de reabertura pós-Covid.

São declarações como as de Tim Cook, CEO da Apple, que relatou desempenho "estelar" em mercados emergentes de modo geral, com recordes trimestrais no Brasil, Índia e Malásia. Ele destacou bons resultados especialmente em serviços e nas vendas de iPhones.

Marcelo Rabach, CEO da Arcos Dorados, que opera franquias do McDonald's no Brasil, disse que o primeiro trimestre passou "extremamente bem" e a tendência para o segundo seria de manutenção do impulso. "Sabemos pelos números publicados por outros varejistas no mercado que há alguns ventos contrários no Brasil, mas estamos batendo o mercado, e isso se reflete nos números de participação de mercado que temos no Brasil", disse.

Companhias de alimentos e bebidas como Kellogg (dona da marca Pringles), Hormel Foods (da Ceratti), a gigante cervejeira AB Inbev e a Brown-Forman (do uísque Jack Daniel's) são algumas das que relatam crescimento de vendas ou apontam confiança nos próximos meses.

O aumento do salário mínimo em maio impulsionou as expectativas. "De janeiro a abril, os consumidores estavam lidando com a **inflação** alta e tinham seus

salários do ano passado. A indústria teve bom desempenho. Mas agora você tem uma injeção extra de dinheiro e o poder de compra voltando aos consumidores", disse Michel Doukeris, CEO da AB Inbev.

Analistas do mercado também veem melhora econômica na América Latina.

Para Karina Saade, diretora do fundo BlackRock no Brasil, os investidores globais estão mais otimistas com a região, porque está mais adiantada em relação ao ciclo de juros. "Os bancos centrais saíram na frente e estão mais próximos do fim do ciclo de aperto monetário. O próximo movimento deve ser de queda de juros, ao contrário do que vemos na maior parte dos países desenvolvidos", disse Saade em evento de consultoria Eurasia Group, no fim de junho.

Ela avalia que o interesse pela região também deve ajudar a atrair recursos relacionados à transição energética, como exploração de reservas de lítio e cobre e adoção de energia solar, além do movimento de nearshoring, de empresas americanas e europeias retirando a produção da Ásia e realocando-a em países mais próximos.

Em conferência da Array Technologies, que oferece equipamentos de energia solar, o CEO Kevin Hostetler disse que a demanda vista no país é muito forte. "O Brasil será a grande história de sucesso para nós neste ano", disse.

O otimismo abrange segmentos variados, como maconha medicinal, turismo e relojoaria. Keith Strachan, presidente da MediPharm Labs, que comercializa medicamentos feitos de cannabis, exaltou contratos de vendas para dois parceiros farmacêuticos e disse que o mercado brasileiro é promissor para a empresa. Brian Chesky, CEO do Airbnb, e Efraim Grinberg, do Movado Group, classificaram o país como um dos mercados relevantes para o crescimento internacional das empresas.

Entre as razões mais prováveis para a confiança, o professor do Insper Guilherme Fowler cita as expectativas pela **Reforma Tributária**, além do reposicionamento da imagem do Brasil no mundo após a troca de governo e outros aspectos do ambiente econômico. Essa evolução se espelha na queda das

estimativas de analistas para a **inflação** e percepção de maior afrouxamento monetário neste ano, com melhora na previsão de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Para Carlos Primo Braga, professor associado da Fundação Dom Cabral, essa percepção é positiva, mais do que no cenário de janeiro, e deve seguir pelos próximos meses, mas as multinacionais estão de olho nos valores macroeconômicos e no avanço reformista. Ele ressalva que, a despeito dos sinais de melhora, isso não quer dizer que o Brasil vai recuperar o grau de investimento tão cedo e que a situação fiscal ainda inspira cautela.

Em suas conferências com analistas, fabricantes de veículos ainda fizeram queixas de vendas fracas, especialmente de caminhões. Na indústria petrolífera, por sua vez, houve reclamações contra o imposto temporário sobre exportações de petróleo instituído pelo governo Lula na ocasião da retomada parcial dos **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol, em março.

"O dano real desta taxa é na credibilidade [do Brasil], que precisa atrair muito capital para desenvolver seus recursos. Para nós, e para os mercados de capital, houve mais impacto na credibilidade do Brasil do que impacto financeiro", disse Filipe Crisostomo Silva, CEO da Galp, petroleira de Portugal.

Sinead Gorman, diretor financeiro da Shell, disse ter considerado frustrante a criação da taxa, com possíveis impactos sobre investimentos relacionados ao clima, mas ponderou seu caráter temporário.

Para a alemã Daimler Truck, dona de marcas como Mercedes-Benz, as vendas fracas de caminhões no primeiro trimestre, como esperado após a adoção do padrão de motores Euro 6, poderiam ser amenizadas mais adiante. "Talvez no fim do segundo trimestre esperamos ver uma certa normalização, porque os vendedores ficarão sem estoques de caminhões Euro 5. Mas, de modo geral, para o ano todo, isso significará um mercado em baixa", disse Joehen Goetz, CFO da empresa.

O que disseram alguns executivos

ALIMENTAÇÃO

Sabemos que há ventos contrários, mas estamos batendo o mercado, e isso se reflete nos números de participação

Marcelo Rabach CEO da Arcos Dourados, franqueadora do McDonalds

TECNOLOGIA

O Brasil será a grande história de sucesso para nós neste ano

Kevin Hostetler CEO da Array Technologies, fornecedora de equipamentos de energia solar

ENERGIA

Para nós, e para os mercados de capital, houve mais impacto na credibilidade do Brasil do que impacto financeiro

Filipe Crisostomo Silva CEO da Galp, empresa petroleira de Portugal

MEDICAMENTOS

O mercado brasileiro é 1 promissor para a empresa

I

Keith Stracham, presidente da MediPharm Labs, que comercializa medicamentos à base de cannabis e firmou contratos com dois parceiros farmacêuticos no Brasil

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Texto aprovado não vai tirar empregos (nem dos tributaristas)

Eduardo Cucolo

Dois colegas jornalistas que acompanharam por anos discussões sobre **reforma tributária** diziam que o tema era garantia de emprego. Sempre haveria uma proposta sobre a qual escrever, sem o risco de que o tema fosse aprovado e superado.

O governo Lula começou com a promessa de votar duas propostas. A da tributação de bens e serviços no primeiro semestre e a do Imposto de Renda no segundo. Para 2024 ficam as discussões não menos intensas para regulamentar a primeira. Depois serão quase dez anos de transição -o sistema só deve estar totalmente implantado em 2033.

O grande número de exceções às novas regras deve garantir também algum trabalho para os tributaristas. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados traz ao menos 25 exceções, considerando possibilidades de alíquotas reduzidas, isenções e regimes especiais.

Há ainda trabalho para lobbies e parlamentares, pois a tendência é que a lista se amplie na tramitação no Senado, o que tem ainda o efeito colateral de obrigar os deputados a analisarem novamente a matéria.

Nos últimos dias foram muitos os "estudos", cartas e manifestos divulgados por entidades setoriais clamando por um tratamento diferenciado. Em geral, baseados em premissas equivocadas do ponto de vista técnico, cálculos questionáveis e previsões catastróficas de perdas de emprego -muito trabalho ainda para consultores e economistas.

No livro "Por Que É Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?", o colunista da Folha Marcos Mendes diz que, mesmo quando as reformas trazem melhorias para a coletividade, há perdedores e ganhadores. No Brasil, todos acham que estão no primeiro grupo.

Como o momento histórico pede uma nota de otimismo, fica a observação de um tributarista: a reforma dá a oportunidade para que todos os que trabalham com a matéria dediquem mais tempo a atividades que agregam valoras empresas, e não ao contencioso tributário. E como lembrou hoje um dos "designers" da proposta, não foram poucos os que, com manifestações de apoio ou ferrenha oposição à

reforma, contribuíram para melhorá-la.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Entenda o atual sistema tributário do Brasil

De onde vêm os **tributos**

A maior fonte de recursos federais vem da tributação sobre renda, lucros e ganhos, feita por meio do Imposto de Renda/CSLL. O governo Lula pretende promover uma reforma desses **tributos** no segundo semestre de 2023

Outra grande fonte são os **tributos** sobre mão de obra, para custear, por exemplo, a Previdência. A reforma do IR também deve tratar da tributação da folha de pagamento

A **reforma tributária** aprovada em julho na Câmara trata da tributação do consumo. Ela acaba com o PIS e a Cofins, que serão transformados na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Será criado também o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com a unificação do ICMS estadual e do ISS municipal. A proposta transforma ainda o IPI em um Imposto Seletivo aplicado, por exemplo, a cigarros e bebidas

O IOF é o principal tributo sobre transações financeiras

Parte dos **impostos** federais, principalmente do IR, é repassada para os estados, que têm como principal tributo próprio o ICMS, seguido pelo IPVA

Os municípios também recebem parte do Imposto de Renda, além de uma parcela do ICMS e do IPVA. A arrecadação é reforçada pelo ISS e pelo IPTU

*A receita total para o regime próprio da União conta com outras fontes de financiamento

**O total das receitas não é igual ao total de gastos, pois pode haver déficit ou superávit nas contas; também há diferenças metodológicas e de datas dependendo da fonte dos dados Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Dados para 2022, exceto para as transferências, atualizadas com valores de 2021

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Bernard Appy Sem exceções, novo imposto teria uma alíquota inferior a 25%

Alexa Salomão, Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

Brasília Onde tomar uma cerveja em Brasília por volta das 21h30 de sexta (7) era a dúvida de Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, após a Câmara dos Deputados aprovar a mais ampla mudança no sistema de **impostos** em quase seis décadas -tema ao qual ele dedica sua atuação profissional. Sem grandes opções, a comemoração com colegas de governo aconteceu na loja de conveniência de um posto de gasolina.

A proposta aprovada não foi a ideal, sobretudo pelas flexibilizações de última hora que acabaram contemplando de clubes de futebol a igrejas. De acordo com Appy, quanto maior o número de exceções, maior será a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado, central do modelo).

"Toda exceção aumenta a alíquota. Essa vai ter que ser uma discussão que, no Senado, espero que seja muito informada", afirma à Folha. "Se não tivesse nenhuma exceção e com essa redução de sonegação, a gente teria uma alíquota bem... Poderia ser inferior a 25%. Claramente inferior a 25%."

A próxima etapa da Reforma deve reacender a discussão em torno do chamado Conselho Federativo, órgão que vai arrecadar e gerenciar a parcela do tributo que cabe a estados e municípios e que foi alvo de resistência de governadores, preocupados com eventual perda de autonomia.

"Estão achando que o Conselho Federativo vai ser uma instância política, vai ter poder político, e não vai. É uma instância técnica", diz. "Vai ser menos poderoso que qualquer Secretaria de Fazenda."

Agora, a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) se volta também à reforma do Imposto de Renda -que terá o desafio de cumprir a promessa do presidente Lula (PT) por mais isenção e também gerar recursos para desonerar a folha de salários. "Nosso trabalho é tornar o impossível possível", diz.

*

O que ficou mais distante do que o sr. gostada na reforma? O que seria mais urgente para mudar no Senado? Não tenho que dizer o que o Senado deve ou

não mudar. Mas se você me perguntar o que eu gostaria que ficasse diferente, diria que gostaria de menos exceções do ponto de vista setorial.

Mas é importante a gente entender que, ainda assim, o avanço é brutal. A gente tem um sistema absurdamente complexo. Do jeito que saiu, mesmo com as exceções, é um sistema infinitamente mais simples do que o atual. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, apesar das exceções setoriais, você continuou com completa desoneração das exportações e de investimentos, com a eliminação de toda essa cumulatividade que prejudica a competitividade da produção nacional.

Terceiro, o projeto elimina praticamente todas as distorções a locativas que a gente tem hoje. Distorções como a que faz um caminhão dar uma volta maior pelo país à toa.

Com quais exceções o sr. menos concorda? Não vou entrar em detalhe porque não faz sentido, mas gostaria que a gente adotasse basicamente a lista de exceções que é padrão no resto do mundo, que inclui as politicamente mais importantes: saúde, educação, alimentos. A decisão é do Parlamento.

Diante da série de concessões, tem espaço ou gordura para mexer mais? Temem uma flexibilização ainda maior no Senado? Espero que qualquer discussão setorial considere custos e benefícios. Quando tenho uma alíquota menor para um determinado bem ou serviço, como o modelo todo é feito para manter a carga tributária, tem que ter uma alíquota maior para os outros.

Não posso restringir, [dizer que] existe limite para o que o Parlamento pode fazer. O importante é que a discussão seja informada. Gostaria que fosse feita com mais calma do que essa correria da reta final na Câmara. Mas assim é a política. Talvez se não fosse feito desse jeito, não tivesse sido aprovado. Quando você deixa o projeto muito tempo em aberto, vai aparecer mais pressão ainda do que apareceu. Não estou dizendo que a opção da Câmara foi errada, pode ter sido a opção correta.

Algumas estimativas apontavam que a alíquota do IVA ficaria em torno de 25%. A ampliação de exceções

pode elevar esse percentual? Sim, óbvio. Tem dois movimentos que se contrapõem aqui. De um lado, quanto mais exceções, maior a alíquota. Por outro, [menor será a alíquota] quanto menor o gap de conformidade, que é a diferença entre o que se arrecadaria se todo mundo pagasse imposto com base na legislação e o que arrecada. A gente tem certeza que esse gap vai cair com a Reforma. Pelas minhas conversas das últimas semanas, vai cair mais do que eu imaginava.

Minhas contas recentes mostram que, se não tivesse nenhuma exceção e com essa redução de sonegação, a gente teria uma alíquota bem... Poderia ser inferior a 25%. Claramente inferior a 25%. Mas toda exceção aumenta a alíquota. Essa vai ter que ser uma discussão que, no Senado, espero que seja muito informada.

Governadores mencionam o risco de a alíquota passar de 30%. Existe esse risco? Acredito que não.

Como o sr. vê a emenda que cria uma nova contribuição estadual? Hoje alguns estados têm contribuições, vamos dizer assim, "voluntárias", das empresas para fundos estaduais, em troca de diferimento na cobrança de ICMS, sobretudo na saída de produtos agropecuários. São uma fonte de receita importante para esses estados.

No plenário foi feita essa opção e foi colocado esse texto, deixando claro que é limitado àquilo que existia em 30 de abril deste ano. Também tem prazo para terminar, em 2043. Então, não está abrindo para qualquer estado fazer.

Não foi uma decisão do Executivo. O Parlamento decidiu. Vai ser um tema que o Senado terá de avaliar. Mas acho que, se o Parlamento decidir manter, é importante dizer que não pode ser maior do que o que já existia antes.

Tributaristas dizem que a redação abre a possibilidade de tributar exportação. A porta está aberta? Se a redação não estiver clara, acho que o Senado precisa deixar mais clara, e decidir se mantém ou não.

Tinha uma reclamação dos outros estados, que temiam ter de bancar a perda de arrecadação desses fundos... Para os estados que têm esses fundos, sobretudo no Centro-Oeste, é muito importante manter essa receita. A Reforma não quer ter impacto sobre as finanças públicas de nenhum ente nacional. Mas é importante fazer isso de um jeito que não gere insegurança jurídica para ninguém e deixe todos os atores confortáveis. A ideia não é aumentar [a carga] que existe.

Houve uma negociação muito tensa em torno do Conselho Federativo. Vocês temem que essa discussão volte no Senado? Não tenho dúvida nenhuma que o tema vai aparecer no Senado, que é a casa da Federação.

As pessoas estão achando que o Conselho Federativo vai ser uma instância política, vai ter poder político, e não vai. É uma instância técnica. O que vai fazer é editar o regulamento do imposto, que é obrigação acessória. Vai operar o sistema de arrecadação, que é na verdade um algoritmo. Não tem poder nenhum nessa gestão da arrecadação. Ele tem algum poder na interpretação da legislação, mas é uma questão técnica. Não é uma questão de estado contra estado, mas de relação entre Fisco e contribuinte. [O Conselho] Vai ser menos poderoso que qualquer Secretaria de Fazenda.

A PEC criou um fundo para financiar a Zona Franca de Manaus. Não há risco de a fatura de repasses da União aos estados ficar muito pesada? Primeiro, a fatura da União [com repasses aos estados] ficou nesse montante crescente que chega a R\$ 40 bilhões a partir de 2029 [com o Fundo Desenvolvimento Regional e a compensação de benefícios do ICMS]. O próprio mercado entendeu que o ganho da Reforma em termos de crescimento e de aumento de receita é maior do que o custo que a União está assumindo.

Esse novo fundo para a Amazônia vai ser negociado, não vai ser feito de forma fiscalmente irresponsável em hipótese nenhuma. É para começar a criar alternativas de desenvolvimento para a região, inclusive baseando explorar mais a biodiversidade, a bioeconomia. Mas isso [valor] vai ficar para ser decidido depois, inclusive com o próprio governo do Amazonas.

A União não podia adotar a CBS mais cedo? Por que a demora? Por razões técnicas. Esperamos que o Senado aprove a Reforma neste ano. Temos o ano que vem para discutir e aprovar a lei complementar [de regulamentação]. Politicamente é mais simples, mas tecnicamente é muito mais complicado. A gente aprova [a lei] no fim de 2024. Preciso de um ano para montar sistemas. Depois, um período de teste. Na melhor das hipóteses, poderia dizer que viramos a chave dos **tributos** federais em 2026. Mas acho muito prudente ter um período de teste antes. Para antecipar, eu ia ter que criar puxadinho. Não vale a pena.

Não é uma pequena mudança no sistema brasileiro. Estamos criando um novo modelo de tributação no consumo de bens e serviços, totalmente baseado em economia digital. Tem alguns setores da economia que não emitem documento fiscal eletrônico. Não tem

como enrolar. Todo mundo vai ter que emitir até o final de 2025.

O relator criou uma Cesta Básica Nacional e a desonerou em 100%. Foi importante? Há risco de abrir para produtos demais? A avaliação política é que foi importante. Não é uma avaliação técnica minha. Vamos ter que discutir regulamentação. Na cesta básica da África do Sul, a única proteína que tem é a sardinha. Não estou propondo isso para o Brasil, só estou dizendo que vamos ter que discutir. Se quiser colocar [algum produto], qual é a consequência para o resto da economia? Tem que considerar o efeito sobre a alíquota e o efeito operacional.

A PEC prevê que o governo apresente em seis meses após a promulgação uma reforma do Imposto de Renda e que o ganho de receitas financie a desoneração da folha. É adequado? Esse dispositivo está falando o que o governo já pretende fazer. Pode ser que o governo envie a proposta do IR antes mesmo de promulgada a PEC. E sim, a gente quer discutir junto a tributação da folha. A gente acha importante desonerar. Mas na situação fiscal do país, isso precisa ser financiado. No consumo não dá, porque a tributação já é altíssima. CPMF o governo não quer. Aí sobrou a renda.

Mas vai ser um desafio brutal, já que o presidente quer a isenção de até R\$ 5.000 para a pessoa física. No começo do ano, todo mundo achava impossível aprovar a **Reforma Tributária**. Agente aprovou. Nosso trabalho é tornar o impossível possível.

Não tenho que dizer o que o Senado deve ou não mudar. Mas se me perguntar o que eu gostaria que ficasse diferente, diria que menos exceções do ponto de vista setorial

As pessoas estão achando que o Conselho Federativo vai ser uma instância política, vai ter poder político, e não vai. É uma instância técnica

Todo mundo achava impossível aprovar a **Reforma Tributária**. A gente aprovou. Nosso trabalho é tornar o impossível possível

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

A direita civilizada não é uma utopia (Editorial)

A histórica aprovação da **reforma tributária** pela Câmara mostrou quão longe o Brasil pode avançar quando forças políticas adversárias são capazes de superar divergências para debater, civilizada e democraticamente, projetos de interesse de toda a sociedade. Foi exemplar, nesse sentido, o diálogo republicano estabelecido entre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e parlamentares de diferentes afiliações ideológico-partidárias a fim de destravar as negociações que, ao fim e ao cabo, levaram à construção dos termos finais da reforma.

A votação confortável da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, com mais de 370 votos favoráveis nos dois turnos, revelou, ainda, que uma direita civilizada, liberal e propositiva - a direita que este jornal tanto tem conclamado a se organizar e se distanciar de qualquer associação com essa extrema direita selvagem encabeçada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro - não é uma utopia. Ela existe e, como se viu, mostrou seu grande valor para a construção democrática de consensos em prol do País. Nos dias que antecederam a votação da PEC 45, ficou evidente o contraste entre os verdadeiros liberais democratas e os conservadores de fanfaria.

Imbuído da missão de conciliar o apoio a uma proposta de interesse nacional e a defesa dos interesses de São Paulo, Tarcísio foi a Brasília para negociar ajustes nos termos da **reforma tributária** com membros do governo federal e do Congresso. Foi o que bastou para ser hostilizado por Bolsonaro e pela malta que ainda o acompanha no PL.

Para os bolsonaristas, Tarcísio cometeu o pecado mortal de fazer a boa política, vale dizer, a política que produz bons resultados para o País, independentemente de eventuais concessões programáticas ou ideológicas que possam ser feitas com vistas ao interesse público.

Não surpreendem, portanto, os apupos ao governador paulista, não só humilhado pela bancada do PL, como jogado por Bolsonaro aos cães das redes sociais, numa tentativa patética do ex-presidente de demonstrar um poder que, hoje, só existe na sua imaginação.

Essa direita raivosa e destrutiva privilegia a polarização, a intolerância e a recusa ao diálogo como

instrumentos de ação política. Nada tem a oferecer ao País, como restou demonstrado.

A direita selvagem é infensa à cooperação com adversários. Não reconhece a necessidade de concertações políticas nem é capaz de firmar compromissos para impulsionar o desenvolvimento do País. Os verdadeiros conservadores, ao contrário, como genuínos democratas que são, são plenamente capazes de sentar-se à mesa com adversários políticos para discutir reformas do Estado por meio da negociação democrática, não da ruptura. Foi o que se viu na aprovação da PEC 45. É dessa direita que o País precisa e, como se viu, deu um passo à frente para reafirmar sua importância para o desenvolvimento do País.

Mas, paralisados pela ideia de fazer uma oposição irracional ao governo do petista Lula da Silva, os bolsonaristas ditos "liberais" não têm esse alcance.

Tanto que tiveram de ouvir o óbvio do governador de São Paulo. A Bolsonaro e à bancada do PL, Tarcísio teve de lembrar que "a direita não pode perder a narrativa de ser favorável a uma **reforma tributária**" - e por razões óbvias: uma reforma que modernize o sistema tributário, reduzindo a capacidade do Estado de infernizar a vida dos empreendedores, obviamente deve ser apoiada e liderada por quem se diz liberal.

Como mostraram as bem-sucedidas negociações para a aprovação da PEC 45, o Brasil só tem a ganhar quando adversários políticos se dispõem a debater projetos de interesse nacional de forma madura e civilizada.

A sociedade tem muito a refletir a partir da aprovação da **reforma tributária**, uma conquista de todos; não de um governo, de um partido ou de indivíduos.

Dessa compreensão advirá a constatação de que o melhor interesse público, perene, sempre se sobrepõe às disputas político-ideológicas de ocasião; e a concertação de interesses em bases civilizadas, alinhadas à Constituição, é o que move o País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarcísio ganha força para eleição de 2026 após se opor a Bolsonaro

GUSTAVO QUEIROZ LEVY TELES

A aprovação da **reforma tributária** se consolidou no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas dependeu da participação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nas negociações para convencer os parlamentares a acatarem o texto.

Acampado em Brasília por uma semana, o chefe do Executivo paulista ganhou status de fiel da balança e saiu vitorioso ao se opor ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seu padrinho político.

A queda de braço entre o governador, para quem o País não poderia deixar a reforma "escorrer pelos dedos", e o ex-presidente, que orientou a bancada do PL a votar contra, expôs dissidências no partido.

Pela primeira vez, os dois divergiram publicamente, cara a cara. Ao todo, 20 parlamentares do PL fizeram como Tarcísio e votaram contra a orientação de Bolsonaro. A maioria deles estava no partido antes da chegada do ex-presidente à legenda.

No diagnóstico de aliados de Tarcísio, ele aproveitou a vitrine para mostrar capacidade de articulação e ganhar mais espaço no campo da direita para disputa presidencial em 2026, no momento em que Bolsonaro foi retirado do jogo eleitoral por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Tarcísio capturou uma agenda da centro-direita, pró-**reforma tributária**, enquanto Bolsonaro voltou seu discurso à extrema direita, em oposição ao governo Lula, segurando, assim, seu eleitor mais fiel.

Deputados bolsonaristas criticaram o governador, que foi também atacado em grupos de extrema direita no WhatsApp. Ao mesmo tempo, a atuação de Tarcísio rendeu a ele mensagens de agradecimento de adversários, como o petista e ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o deputado federal André Janones (Avante- MG). O principal argumento do governador era o de que a direita não pode deixar de discutir uma **reforma tributária** e passar a imagem de que trabalhou contra o País.

ESFORÇO.

Para conquistar o apoio dos parlamentares, Tarcísio

recebeu a bancada paulista no Palácio dos Bandeirantes para apresentar sua opinião sobre o tema. Na terça-feira, dia 4, foi à Brasília para articular alterações que ele chamou de "divergências ajustáveis" no texto.

Enquanto isso, Bolsonaro ia em sentido contrário. No dia da votação na Câmara, o ex-presidente chamou a reforma de "soco no estômago dos mais pobres". E pregou: "Com tantas insanidades, a PEC merece um só destino: o arquivo da Câmara". Já no começo da semana ele recomendara aos deputados do PL a rejeição da proposta.

O atrito entre os dois explodiu na reunião do PL sobre o tema. Tarcísio foi interrompido várias vezes por parlamentares, como Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) e pelo próprio Bolsonaro. O governador, que tentava argumentar pela reforma, ouviu reclamações, mas também foi aplaudido. O ex-presidente foi direto e se disse "chateado" com o afilhado político.

Após Tarcísio deixar a reunião, o deputado Ricardo Salles (PL-SP) disse que o governador não representa a direita e não segue os seus princípios.

"Ser de direita não é um discurso, é uma conduta. Se tem um lugar no Brasil que não tem um governo de direita, é o governo de São Paulo." No Twitter, Salles e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL) ironizaram a fala de Tarcísio ao lado de Haddad. "Não sou 95%, sou 100% contra a **reforma tributária** do PT", escreveu o filho do ex-presidente.

NA INTERNET. As reclamações foram ecoadas em aplicativos de mensagens. Em grupos bolsonaristas, mensagens diziam que Tarcísio "nunca foi de direita", que o governador "traiu Bolsonaro" e o chamaram de "tucano 2.0".

Levantamento da Quaest mostrou que, nas redes sociais, Tarcísio ficou com 49% de citações positivas ante 51% de citações negativas, enquanto Bolsonaro teve 71% de menções negativas. Na Câmara, a articulação de Tarcísio surtiu efeito. Por demanda dele, o relator Aguinaldo Ribeiro (PPPB) cedeu e definiu que todos os Estados e o Distrito Federal terão representantes no colegiado.

O governador também saiu bem avaliado por

parlamentares.

"O governador Tarcísio foi muito correto com o tratamento da PEC e é um amigo que precisa ser preservado", disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em um telefonema ao ex-presidente Bolsonaro.

Ontem, Tarcísio pôs panos quentes na briga. Foi na comemoração da Revolução Constitucionalista de 1932. "Sempre serei leal e terei gratidão a ele (Bolsonaro). Se estou aqui, devo a ele." E concluiu. "Podemos divergir em algum ponto sobre a reforma, não é possível que vamos sempre concordar em tudo." De origem militar, Tarcísio buscou pôr as divergências com o padrinho político dentro do que a caserna chama de "discordância leal", algo bem diferente da deslealdade ou da traição.

Horas depois, também na linha de aproximação, Bolsonaro publicou em sua conta no Instagram uma mensagem em que relembra a duplicação da BR-386/RS conduzida pelo antigo Ministério da Infraestrutura, pasta comandada por Tarcísio na época. No registro, há um texto com os dizeres "nossa gestão". O ex-presidente marcou o perfil do governador de São Paulo.

COLABOROU PEDRO PRATA

*

"Com tanta insanidade a PEC merece um só destino: o arquivo"

Jair Bolsonaro Ex-presidente da República

"Sempre serei leal e terei gratidão (a Bolsonaro)"

Tarcísio de Freitas Governador de São Paulo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária: criticada pelos méritos, não pelos defeitos (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

O principal objetivo de um imposto sobre o consumo é arrecadar. Ele não se presta para fazer política setorial, regional ou social.

Para esses fins o governo deve usar ações específicas, devidamente expressas no Orçamento, e com avaliações periódicas de custos e benefícios.

É consenso entre os especialistas que a melhor forma de tributar o consumo é mediante um imposto sobre o valor adicionado (IVA), que não afete a decisão econômica do que, onde, como, quando e quanto produzir.

Se influenciar essas escolhas, o tributo tende a gerar alocação ineficiente de recursos, o que reduz o crescimento potencial da economia.

Além disso, um bom IVA deve ser transparente, ou seja, o contribuinte precisa saber com clareza quanto do preço do bem ou serviço refere-se ao tributo. Idealmente, o IVA deve ter alíquota única, expressa como porcentual do preço antes do imposto (cálculo por fora); ser não cumulativo, mas cobrado no destino; ter legislação clara e unificada para todo o território nacional; e não pode onerar os investimentos e as exportações.

Apesar de não terem sido completamente incorporados, esses objetivos guiaram a elaboração da PEC 45/19, já aprovada na Câmara federal, que instituiu dois novos **tributos** sobre o valor adicionado (a CBS, federal, e o IBS, este partilhado entre Estados, municípios e o Distrito Federal) além de um imposto seletivo, que substituirão gradualmente cinco outros: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

As críticas mais duras, e equivocadas, são contra os maiores méritos da PEC. Uma delas é que não se deveria aumentar a tributação do setor de serviços, por ser ele o maior gerador de empregos. Mas não há justificativa econômica para se beneficiar o consumo de serviços em detrimento do de bens.

Além disso, não se leva em conta que muitos

prestadores de serviços não serão atingidos por estarem no sistema Simples Nacional, ou por atuarem no meio da cadeia produtiva, onde os novos **tributos** gerarão crédito para os compradores.

Também é improcedente que a reforma fira a autonomia federativa, dado que os Estados e municípios, com votação paritária, é que constituirão o Conselho Federativo, entidade pública que administrará o IBS.

Mas a reforma tem vários pontos fracos, que foram introduzidos à versão inicial da PEC 45/19 não por razões técnicas, mas para viabilizá-la politicamente.

Há enorme lista de bens e serviços com alíquotas nulas ou reduzidas para 40% da referencial, o que onera o tributo para os demais setores e fere o princípio da neutralidade alocativa.

Muitas questões complexas foram deixadas para futuras leis complementares, e os períodos de transição serão bastante longos. O IBS só deverá estar totalmente implantado em 2032, e sua transição para cobrança no destino só se completará em 2078, ou seja, quando os bebês nascidos em 2023 estarão com 55 anos de idade.

Haja paciência

Claudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma melhora o ambiente para investir - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O grande avanço da **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados é a simplificação do sistema. A principal mudança é a substituição de cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ISS, ICMS) por dois, o CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal).

A extinção do ICMS é o ponto mais importante, pois acaba com um grande número de problemas causados pela convivência de 27 legislações estaduais. Com uma estrutura mais simples, após 30 anos de discussões poderemos ter um melhor ambiente de negócios e uma maior capacidade de atrair investimentos.

O atual sistema tributário é extremamente complexo e causa prejuízos ao País. Segundo estudo do Banco Mundial, uma empresa brasileira gasta, em média, mais de 2.600 horas por ano só com burocracia para pagar **impostos** - não falo aqui de tempo de trabalho para gerar receita capaz de bancar os **tributos**, mas de horas de trabalho de contadores, advogados etc, para cumprir a burocracia.

Essa complexidade aumenta o custo Brasil, afasta investidores e prejudica empreendedores.

Lembro de uma visita de um investidor japonês, que me disse: "É difícil produzir aqui, né?". Em uma conversa com um presidente de uma multinacional que atua no Brasil, ouvi o seguinte: "Nossa eficiência da porta da fábrica para dentro é a maior do mundo; da porta para fora, é das piores do mundo". O tema das duas conversas era a complexidade tributária.

Políticos e empresários podem apontar defeitos na reforma aprovada - exceções demais, poderes de menos etc.

Em 2020, quando eu era secretário da Fazenda de São Paulo, os Estados apresentaram um projeto que tinha unanimidade pela primeira vez em 30 anos. Considero aquele texto melhor, mas o projeto aprovado é o possível dentro do que a política permite e proporciona um grande avanço. Espero que o Senado aperfeiçoe alguns pontos e aprove rapidamente o texto a partir de agosto.

A redução do número de **tributos** e a unificação de

alíquotas trará aumento de carga para alguns setores da economia, que obviamente não querem isso.

Há governadores insatisfeitos porque gostam de ter o poder de tributar, discutir alíquotas com cada contribuinte, de oferecer alíquotas menores para atrair empresas. Eu entendo que eles não queiram perder esse poder.

Mas mais importante que isso é o ganho de produtividade para toda a economia brasileira.

Quem investe no Brasil terá melhores condições de produzir, o que é essencial para gerar mais empregos e renda e fazer a economia crescer. Isso só é possível com um sistema tributário racional, que esperamos há 30 anos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Caminho aberto

A fissura na direita provocada pela discussão da **Reforma Tributária** na Câmara caminha para se repetir no Senado, onde ex-integrantes do governo Bolsonaro acenam com apoio à proposta, que tem grandes chances de ser aprovada. Nomes como o ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN), o ex-vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos- RS) e o ex-líder do governo Carlos Portinho (PLRJ) ressaltam a importância da medida, embora defendam mudanças no texto formulado pelos deputados. A oposição ao tema na Casa deve ficar restrita à ala mais radical do bolsonarismo, como a ex-ministra Damares Alves (Republicanos-DF) e o ex-secretário Jorge Seif (PL-SC), que já anteciparam o voto contrário, em linha com o que prega o ex-presidente.

Líder da oposição no Senado, Marinho afirma ser equivocado afirmar que o PL, seu partido, é contra a reforma e atribui a divergência na Câmara à falta de tempo para discutir o texto final da proposta, debatida há décadas no Congresso.

Apesar da orientação contrária, 20 dos 99 deputados da legenda votaram a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

- O PL nunca foi contra uma **reforma tributária**, inclusive, apresentou os primeiros projetos que serviram de gênese para que essa reforma fosse votada- afirmou o senador, que fica em cima do muro quando questionado se votará contra ou a favor da medida no Senado: -A princípio eu preciso ler. O projeto foi apresentado na Câmara com uma série de mudanças feitas de última hora e, até onde eu saiba, nenhuma das alterações o governo estudou o impacto.

95% A FAVOR Na quinta-feira passada, porém, Jair Bolsonaro conclamou "todos aqueles que se elegeram" com suas bandeiras a votarem contra a "**Reforma Tributária** do Lula", e constrangeu outro ex-ministro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, durante reunião com parlamentares do PL em Brasília. Ao microfone, disse que faltava "experiência política" ao aliado e interrompeu seu discurso para defender a rejeição da PEC na Câmara.

Na ocasião, o governador tentava se explicar após ter se declarado a favor de 95% da proposta em uma entrevista ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o que irritou bolsonaristas.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho, contudo, evita dizer se o partido seguirá a posição de

Bolsonaro, presidente de honra da legenda, e disse já ter encomendado estudos para subsidiar a bancada nas discussões.

-Ninguém é contra a **Reforma Tributária**. Discutimos muito lá atrás, no governo passado.

O que falta mesmo é todos os setores que estão envolvidos, que é a sociedade civil, entender qual é o impacto dessa proposta -afirmou ele.

Mesmo entre os senadores mais alinhados a Bolsonaro, como Damares, a posição contrária à proposta não está fechada. Segundo ela, é preciso avaliar o texto com calma.

-A tendência nesse momento é votar contra, mas ainda quero estudar o que foi aprovado pela Câmara -disse Damares.

As divergências públicas entre Bolsonaro e Tarcísio eclodiram uma crise entre nomes que integravam a base de apoio do bolsonarismo, isolando o ex-presidente.

Após o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), criticar a postura de "extrema-direita" do exaliado, ontem foi a vez do senador Ciro Nogueira (PPPI), ministro da Casa Civil no governo passado, passar seu recado. Sem citar nomes, afirmou que a "democracia não é uma guerra entre inimigos", mas sim "um terreno coletivo para o exercício da divergência". Nogueira é presidente do PP, mesmo partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), que articulou a aprovação da reforma, e do relator da PEC, deputado Aguinaldo Ribeiro (PB).

Nas redes sociais, tanto Pereira quanto Tarcísio passaram a ser atacados por integrantes da ala mais radical do bolsonarismo, como o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos- RJ) e o deputado Ricardo Salles (PL-SP).

As discussões acaloradas sobre o impacto da reforma fizeram com que o senador Sergio Moro (União-PR), outro ex-ministro de Bolsonaro, adotasse cautela. Após defender o voto "sim" de sua mulher, a deputada Rosângela Moro (Podemos- PR), na Câmara, ele agora afirmou que pretende tentar melhorar o texto antes de definir se apoiará ou não: - Agora que há um texto definido haverá melhores condições de discuti-lo profundamente com a sociedade e os pares. A intenção é aprimorá-lo com emendas, votar contra ou

a favor depende do resultado final.

"SONHO" X "FRANKENSTEIN" O ex-vice-presidente Hamilton Mourão também se mostra aberto ao debate. Ele disse ser preciso alterar pontos do texto aprovado pelos deputados antes do aval no Senado.

-A decisão aqui no Senado é melhorar esse Frankenstein -afirmou o parlamentar.

Entre senadores que carregam bandeiras de direita, mas evitam se vincular ao bolsonarismo, o discurso é mais favorável à PEC.

-A simplificação do (sistema tributário) é um bom passo, isso é um sonho realmente, mas precisamos ter uma responsabilidade para fazer as mudanças necessárias para não ter problemas -disse o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

Ex-aliado de Bolsonaro e hoje alinhado ao governo Lula, o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), defende uma votação rápida pelos senadores.

-Não é mais uma questão de escolha, mas de necessidade.

O atual modelo tributário brasileiro está esgotado, é arcaico, obsoleto e só atrapalha a vida de quem quer produzir.

AS NUANCES DE CADA UM NO DEBATE

Rogério Marinho (PL-RN) Líder da oposição no Senado diz ser equivocado afirmar que o PL é contra a **Reforma Tributária** e atribui a divergência na Câmara à falta de tempo para discutir o texto final da proposta.

Hamilton Mourão (Republicanos- RS) O ex-vicepresidente da República se mostra aberto ao debate e diz que é preciso alterar o texto aprovado pelos deputados antes do aval no Senado.

Carlos Portinho (PL-RJ) O líder do PL evita dizer se o partido seguirá a posição de Bolsonaro, mas disse que "ninguém é contra a **Reforma Tributária**", e que encomendou estudos para subsidiar a bancada.

Ciro Nogueira (PP-PI) Sem citar nomes, o ministro da Casa Civil na gestão passada afirmou que a "democracia não é uma guerra entre inimigos", mas sim "um terreno coletivo para o exercício da divergência".

Sergio Moro (Podemos- PR) Após defender o voto "sim" de sua mulher, a deputada Rosângela Moro (Podemos-PR), na Câmara, ele agora afirmou que pretende tentar melhorar o texto antes de definir se

apoiará ou não.

Eduardo Girão (Novo-CE) Em uma sinalização favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o senador afirmou que a simplificação do sistema tributário é um "bom passo".

Dameres Alves (Republicanos- DF) Entre os senadores mais alinhados a Jair Bolsonaro, ela disse que sua tendência é votar contra a reforma, mas que ainda vai estudar o texto aprovado pela Câmara.

Jorge Seif (PL-SC) Da corrente mais alinhada a Bolsonaro, o ex-secretário da Pesca do governo anterior antecipou que pretende votar contra a **Reforma Tributária**, como defende o ex-presidente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Sempre serei leal e grato ao (ex-) presidente", diz Tarcísio

Dois dias após fazer as pazes com Jair Bolsonaro, por quem foi constrangido na semana passada às vésperas da votação da **Reforma Tributária**, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ontem "não ser possível concordar em tudo" com o ex-presidente. Tarcísio, porém, prometeu "sempre ser leal" ao ex-titular do Planalto.

O governador participou de uma solenidade em homenagem aos 91 anos da Revolução Constitucionalista de 1932.

Questionado pela imprensa da polêmica da semana passada, ele colocou panos quentes e afirmou que já costumava divergir de Bolsonaro quando era ministro da Infraestrutura.

-(A conversa) Foi excelente.

O presidente é um grande amigo. Observe, a gente pode divergir em algum ponto sobre a reforma. É normal. Não é possível concordar em tudo. Já era assim quando era ministro.

Tinha situações que eu discordava dele. Procurava assessorar da maneira mais respeitosa.

Sempre tive uma lealdade muito grande. Os pontos que eu tinha colocado sobre a reforma, já tinha colocado antes para ele. E está tudo bem. Sempre serei leal e grato ao presidente -afirmou Tarcísio.

Horas após a declaração, Bolsonaro fez uma postagem em suas redes acenando para Tarcísio. Marcou o governador em uma publicação sobre obras na BR-386, conduzidas por Tarcísio quando era ministro da Infraestrutura.

Já o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente, atacou nas redes sociais o presidente de seu partido, deputado federal Marcos Pereira (SP), após críticas a Bolsonaro. O dirigente afirmou que o ex-presidente está "isolado politicamente." Pereira fez a declaração depois do atrito público entre Bolsonaro e Tarcísio.

- Essa raça aumentou a bancada e o poder devido às palavras e ações do presidente Jair Bolsonaro e hoje falam assim.

Será por quê? Acho que é porque creem no que pregam!

- publicou o vereador no Twitter no sábado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma representa um ganho relevante, diz Manoel Pires

A **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados representa um ganho relevante para a economia brasileira e melhora as perspectivas para o crescimento, ainda que as vantagens venham após anos na longa transição entre o sistema atual e o novo, na avaliação do economista Manoel Pires, coordenador do Núcleo de Política Econômica e do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Ele vê a vitória na Câmara como "o pontapé formal" da trajetória até a entrada em vigor das mudanças dos **impostos** sobre o consumo, um caminho que inclui ainda a aprovação no Senado e uma série de regulamentações. Pires se mostra otimista com a tramitação no Senado, ao dizer que "aprovação na Câmara teve efeito de mostrar que o Congresso Nacional pode ajudar o país", mesmo que sejam necessárias algumas concessões.

Os três principais benefícios da reforma, segundo o economista, são a uniformização de **tributos**, o fim da cumulatividade dos **impostos** e a simplificação tributária, que juntos reduzem custos e aumentam a competitividade.

O economista rebate as críticas de que a **reforma tributária** não foi capaz de acabar com a guerra fiscal entre os Estados. Ele elogia a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, por levar a maior cuidado na concessão de incentivos, diante de recursos limitados.

Condena, no entanto, o fato de o fundo ser permanente.

A seguir os principais pontos da entrevista.

Eficiência Temos alguns problemas no sistema atual que são muito bem identificados. Temos um sistema que tributa de forma muito diferenciada os vários tipos de bens e os vários serviços, uma multiplicidade de alíquotas no sistema.

Isso gera uma série de problemas.

Por exemplo: uma empresa ou setor econômico que não usa uma tecnologia de produção mais eficiente porque, se usar outra forma de produção, pode não se beneficiar do ponto de vista tributário. Temos mais

tributo sobre a indústria, que de forma geral sofre com a competição internacional.

Isso gera perda de competitividade. O sistema permite arbitragem de **tributos**, com diferentes cargas tributárias dependendo da forma de produção, o que leva a muitos litígios porque as empresas forçam determinadas situações para eventualmente pagar menos **impostos**.

Há uma série de problemas que levam a ineficiência econômica grande, a perda de competitividade significativa e a um passivo tributário grande, o sistema fica muito complexo. A reforma desde o começo vai na direção correta, tenta uniformizar a base tributária entre os vários bens e serviços, acaba com a cumulatividade do tributo, privilegia a verticalização da produção e incentiva a indústria a ter determinadas formas de produção que agregam mais valor e geram ganho de competitividade. O que foi aprovado vai nessa direção.

Acho que é uma reforma que agrega bastante para o país.

Maiores ganhos O que vai trazer mais ganho é a uniformização de **tributos** dos vários serviços e produtos. Estudos mostram que essa uniformização tributária gera crescimento. Outra coisa que traz ganho importante é o fim da cumulatividade de imposto, que onera muito a cadeia produtiva e na prática acaba onerando muito o investimento e a exportação.

A uniformização tributária faz com que as decisões de produção sejam ligadas à produtividade, o fim da cumulatividade gera ganho de competitividade para a economia e redução de custo e o IVA [Imposto sobre Valor Agregado] é um imposto mais simples. O contencioso tributário vai diminuir e isso é menos custo para as empresas também. A economia tende a ter um sistema mais propício ao crescimento.

Transição entre sistemas No próximo ano principalmente será regulamentado o imposto novo, [o Congresso] vai ter que criar lei complementar regulamentando o imposto e provavelmente isso vai levar o ano inteiro.

É uma discussão difícil, não é simples, porque nessa discussão vai ser definida alíquota do imposto.

É nessa discussão que vai se saber quem vai pagar o que e quanto. Enquanto faz a regulamentação do imposto em 2024, vai ser criado o conselho federativo, que tem dois papéis principais: o primeiro é funcionar como uma central de créditos que vai reconhecer e estabelecer o fluxo de transferências entre os Estados e as empresas, para receber o pagamento dos créditos tributários.

É também vai harmonizar a **legislação tributária** entre Estados e municípios. É um trabalho bastante grande. Então em princípios você teria 2024 e 2025 para fazer a estruturação desse conselho.

Em 2026 entraria em vigor a CBS. Completaria a CBS, se não me engano, em três anos e depois começaria a fazer a parte do Estado local. Estados e municípios fazem a transição até 2032. Na prática a transição começaria em 2026 e terminaria em 2032.

Transição federativa A outra transição é a federativa.

Porque a tributação vai sair da origem para o destino. Quem é Estado produtor vai perder um pouco de arrecadação, quem é Estado consumidor vai ganhar um pouco.

É uma transição mais longa para que ninguém perca recursos de forma significativa e dura 50 anos.

Essa foi a condução política para diminuir a contrariedade dos Estados.

Esse foi um ponto importante, porque, com os Estados contra, fica muito difícil fazer esse tipo de reforma. Acho que a grande questão da transição é até que ponto ela vai se dar de forma efetiva no sentido de cumprir o que está disposto na Constituição, dando de fato andamento à reforma, ou se eventualmente vai se prolongar a transição, adiando o início da reforma.

As pressões políticas vão acontecer ao longo desse processo.

convicção da importância disso, para que não se tenha uma transição acidentada, eventualmente diluindo o impacto da reforma. A vitória de ontem [semana passada] foi o pontapé formal do Congresso nessa reforma.

Perdas As perdas são as concessões que tiveram que ser feitas em função da necessidade de ter que aprovar a reforma. E concessões essas que desviam da espinha dorsal da reforma.

A Zona Franca de Manaus continua, isso já era esperado. Só vamos conseguir discutir Zona Franca

quando houver alternativa de desenvolvimento para aquela região. O Simples também. Tem uma bancada muito forte no Congresso que protege o Simples. São dois regimes tributários especiais que desviam do conceito de IVA.

Tem alíquota reduzida para alguns setores. Mas se focamos nas exceções, esquecemos a essência. Todas essas diferenciações já existiam, numa escala nacional, para todos os setores, todos os produtos.

Quando a gente centra um pouco nas exceções, acaba perdendo de vista o ganho que a reforma traz, que é tratar com mais uniformidade todo o resto. No sistema que o Brasil tinha, a exceção era a regra.

Tudo era exceção. Então temos ganho relevante de uniformizar o sistema tributário.

Ganhos econômicos Temos estudos que tentam dimensionar qual o impacto em termos de crescimento econômico de fazer uma **reforma tributária** em que todos são tratados de forma igual. Consigo simular isso e consigo mostrar que gera crescimento.

Mas as exceções são difíceis de simular no modelo porque há exceções que são por produto, exceções que são por setor e há exceção que não está definida ainda. O que posso dizer é que os estudos que avaliaram a implantação de um IVA no Brasil mostraram que, em um sistema em que a tributação é uniforme entre os setores econômicos, o **PIB** tende a ser 4% a 5% mais elevado. Se, além disso, acaba com a cumulatividade, pula para 8%. O **PIB** seria 8% mais elevado com uma reforma que combina essas duas coisas. Tem efeitos sobre produtividade, que são mais difíceis de mensurar, mas se você tem ganho de produtividade, pode ter efeito ainda maior.

Saúde e educação Agora os setores serão tributados de forma igual. A reforma diminui essas discrepâncias. E a transição ajuda, porque permite que se absorva ao longo do tempo eventual aumento de custo. Estudos econômicos mostram que, como há redução de custo ao longo dos anos, a maioria dos setores acaba beneficiada. Quando se avalia a questão setorial, os dois setores que não são beneficiados com a reforma normalmente são educação e saúde. Isso justifica esse tratamento diferenciado. Já o setor de turismo e lazer também conseguiu uma diferenciação. Mas quem consome turismo e lazer não é gente de baixa renda.

Diferenciação ao longo do tempo Temos experiência de outros países de que, no início da introdução dos IVAs, tinham alguma diferenciação [entre setores]. Depois, ao longo do tempo, conseguiram reduzir isso. As pessoas não entendem muito bem o IVA, se pensa

o IVA com a cabeça de um sistema tributário como o nosso. E isso gera alguns erros de conta. Na medida em que o imposto se consolide, pode ser que se consiga abrir essa discussão de incluir esses setores [na uniformização]. Isso acontece em alguns países. Tomara que aconteça com o Brasil.

Folha salarial O setor de serviços tem uma reclamação justa que é a tributação da folha salarial, uma outra distorção.

A carga sobre a folha é muito alta: contribuição previdenciária, Sistema S, FGTS, salário educação...

E, como é muito alta, tem um Imposto de Renda pouco progressivo para a pessoa física. Se for progressivo demais, aumenta ainda mais a tributação sobre folha. A forma como se tributa a folha salarial no Brasil gera uma distorção de que contratar mão de obra é muito caro.

Os setores intensivos em mão de obra realmente têm um ponto de reclamação correto. De certa maneira, a reforma do IVA coloca luz sobre a questão. Mas a solução não é fazer a diferenciação do IVA e sim reformar a folha. Acredito que a discussão que virá na sequência é a tributação direta. Um dos pilares da reforma da tributação direta é exatamente reduzir a carga sobre a folha salarial. Isso vai conseguir aliviar bastante essa pressão que a reforma do IVA pode exercer sobre esses setores. E aí o sistema tributário fica mais bem arrumado.

Tramitação no Senado A aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados teve um efeito muito importante de mostrar que o Congresso pode ajudar o país, ela ajuda muito na imagem do Congresso. De certa forma, a classe política se mobilizou a favor da reforma e os Estados participaram de forma cooperativa.

Com essa mensagem positiva, o Senado tem tudo para conseguir aprovar a reforma mantendo sua espinha dorsal. É claro que pode ter uma ou outra discussão, mas acho que vai ficar muito ruim para o Senado não aprovar a reforma.

Depois do que aconteceu na Câmara, com aprovação relativamente rápida, a expectativa é que o Senado vá na mesma direção.

Próximas fases da reforma Estamos em um país em que a desigualdade é muito grande.

Uma forma de tratar isso é pela transferência de renda. O SUS faz isso, o Bolsa Família faz isso, a previdência rural faz isso... Mas não temos um sistema tributário que ajuda na redução de desigualdades.

O Imposto de Renda para pessoa física é muito pouco progressivo.

Assim como existem isenções tributárias no consumo, há no sistema de tributação direta. As distorções do sistema de tributação direta também fazem com que [a economia] cresça pouco. O sistema tributário de Imposto de Renda para as empresas está muito defasado.

No mundo, há um processo de redução de carga sobre as empresas e de compensação disso com aumento da progressividade tributária, cortando brechas. Não temos nenhuma mudança estrutural no sistema tributário de Imposto de Renda desde os anos 90, estamos muito para trás. Um caminho seria trabalhar para reduzir a contribuição previdenciária, até mesmo para concluir a reforma do IVA. E poderia se compensar isso com maior progressividade no Imposto de Renda para pessoa física.

Isso pode gerar impacto em redução de informalidade e de desemprego.

Além disso, a ideia seria voltar com a tributação sobre lucros e dividendos, reduzindo o Imposto de Renda para empresas.

Reformas menos maduras Com essas mudanças, é possível alinhar o sistema tributário ao que é aplicado no resto do mundo e manter a economia brasileira competitiva. Mas os setores econômicos sempre olharam mais para a tributação sobre o consumo. Vejo um governo com vontade de fazer [as outras reformas], já fez o IVA. Isso também criaria perspectivas positivas para o país. Mas é uma reforma menos madura, precisa de mais discussões e estudos. E talvez precise de mais de tempo para uma proposta.

Guerra fiscal Todo mundo faz guerra fiscal.

Tem guerra fiscal nos Estados Unidos, nos países europeus. Só que no Brasil a questão é diferente. Como a tributação é na origem, os Estados fazem guerra fiscal com dinheiro dos outros. Um Estado reduz a alíquota de uma empresa para atraí-la. Antes, não arrecadava nada, porque a empresa não existia em seu Estado. Quando a empresa se muda, o Estado passa a arrecadar sobre sua produção, enquanto o Estado de origem perde arrecadação. Era uma guerra fiscal infinita. Todo mundo podia fazer porque não tinha custo de oportunidade, não se perdia receita fiscal.

Houve críticas ao relatório do grupo de trabalho por não acabar com a guerra fiscal. Mas está correto: a questão não é acabar com a guerra fiscal, é o Estado

fazer guerra fiscal com seu dinheiro. Pode-se até achar razoável acabar com a guerra fiscal porque afeta a produtividade, mas não é o que explica nossa diferença de renda em relação a outros países. Pelo menos no primeiro momento da reforma, é preciso eliminar o excesso.

Fundo Regional O Fundo de Desenvolvimento Regional foi criado para que, à medida que a tributação sai da origem e vai para o destino, os Estados recebam recursos federais para atrair empresas. Só que o recurso é limitado, então o Estado será mais seletivo. É uma solução boa, o modelo está correto, mas há duas preocupações. O valor ficou para ser definido por lei complementar e há diferença grande entre o que os Estados querem receber e o que a União está disposta a pagar. Os Estados querem em torno de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões por ano, perto de 1% do **PIB**. Não é razoável.

E a proposta da União é de R\$ 40 bilhões. Esse ponto será importante no debate da regulamentação.

Outra crítica é que, do jeito que foi aprovado, o fundo é permanente.

Isso é complicado porque, no fim das contas, está tirando dinheiro da União para financiar permanentemente a guerra fiscal. O ideal seria um instrumento transitório. Já temos redução de Imposto de Renda para empresas que vão para a área da Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] e da Sudene [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste], já tem política de desenvolvimento regional com incentivo fiscal.

"A economia tende a ter um sistema mais propício ao crescimento"

"Senado tem tudo para aprovar a reforma mantendo sua espinha dorsal"

Jabutis e outros riscos no caminho do IVA-dual - BRUNO CARAZZA

A festa foi merecida.

Afinal, há 35 anos sonhávamos com uma reforma que começasse a colocar ordem no nosso caos tributário. Mas até chegarmos ao ponto de termos um IVA padrão internacional, ainda temos um longo caminho.

Até 01/01/2033, data em que o novo sistema tributário entrará em vigor na sua máxima potência, há muito a ser feito. E nesta jornada não faltam desafios e perigos.

As primeiras batalhas começam a ser travadas agora.

Se tivéssemos um Senado Federal responsável, seu principal papel seria eliminar a maioria dos dispositivos estranhos aos objetivos da PEC que foram enxertados em seu texto (os famosos jabutis) e o festival de isenções e deduções acrescentadas na última hora.

Entre os jabutis aprovados pela Câmara, o mais flagrante foi a ampliação da imunidade tributária das igrejas. Por meio da mudança da redação do art.

150, VI, b, da Constituição, entidades religiosas não pagarão mais **impostos** no Brasil, estendendo essa benesse também para suas organizações assistenciais e beneficentes.

E não para por aí: a depender de leis complementares, doações para as obras assistenciais das igrejas também ficarão isentas do imposto sobre doações (ITCMD) e as entidades religiosas ainda poderão receber o imposto pago ao longo da cadeia produtiva dos bens e serviços que adquirirem. Com a aprovação da PEC, portanto, donos de igreja viverão o paraíso na Terra em matéria tributária.

Por falar em terra, em termos de tratamentos especiais nenhum setor saiu mais beneficiado que o agronegócio.

Produtores rurais obtiveram nas negociações um regime especial para suas cooperativas, usineiros ampliaram seu regime fiscal favorecido para toda a cadeia de produção (e não só o consumo final) e criou-se um "Simples do agro" para produtores e empresas que faturem até R\$ 3,6 milhões por ano.

Os empresários do agro também pagarão 60% a

menos dos novos **tributos** sobre a sua produção, bem como sobre os **insumos** agrícolas (inclusive defensivos). Por falar nisso, embora a PEC tenha previsto um imposto seletivo sobre atividades que façam mal à saúde e ao meio ambiente, a bancada ruralista tratou de excluir os agrotóxicos dessa possibilidade.

A PEC também isentou do novo IPVA suas aeronaves, barcos de pesca, tratores e máquinas agrícolas. No Brasil o agro é tech, o agro é pop e o agro não paga quase nenhum imposto também.

Mas não foi só o agro que se deu bem nas negociações que vararam a madrugada de quinta para sexta-feira no plenário da Câmara. Hotéis, restaurantes e até parques de diversões ganharam direito a um regime especial. Os deputados - muitos deles donos de empresas de rádio e TV - tiraram esses serviços de cobrança de novos **tributos**.

No dispositivo da alíquota reduzida entraram boas intenções (produtos para pessoas com deficiência e de saúde menstrual), mas também pegaram carona as empresas de transporte interestadual, produtos de higiene e até armamentos, entre outros.

Essa quantidade de exceções não só aumentará a alíquota que será imposta a todos os outros bens e serviços, como também tornará mais complicada a compensação de créditos por todas as empresas do país.

Como é improvável que os senadores tenham a coragem de reverter essas benevolências concedidas pela Câmara, esperamos que pelo menos não sejam criadas novas hipóteses no Senado.

Assumindo que a reforma seja aprovada com poucas alterações no Senado e que elas sejam depois ratificadas pela Câmara, não significa que o trabalho estará finalizado. Longe disso!

A PEC nº 45/2019 tem uma série de "deveres de casa" até que o novo IVA-dual saia do papel.

Ficou para ser tratada em lei complementar toda a operacionalização dos novos **tributos**. Isso envolve o detalhamento do recolhimento e de ressarcimento de créditos acumulados pelos contribuintes - essas regras

precisam ser simples, mas sem lacunas para se evitar sonegação. Será também em lei complementar que será definida a Cesta Básica Nacional de Alimentos, outra batalha em que o agro fará de tudo para ampliar os produtos que farão jus a alíquota zero na nova tributação.

Em termos federativos, quem levou a melhor foi o Amazonas.

Como se não bastasse a manutenção da Zona Franca de Manaus, da Sudam, do Fundo de Desenvolvimento do Norte, esse Estado ainda conseguiu extrair um novo Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica.

Incrível como um ente com apenas 8 deputados consegue ser tão poderoso.

Podem ser esperadas ainda difíceis negociações com Estados e municípios a respeito das regras de operacionalização do Conselho Federativo e a repartição de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (R\$ 80 bilhões de 2029 a 2032 e mais R\$ 40 bilhões por ano dali pra frente).

Por fim, caberá ainda ao Ministério da Fazenda apresentar os cálculos que vão nortear as alíquotas dos novos **tributos** sobre o consumo, encerrando o mistério e as especulações sobre o assunto.

Como se vê, ainda há muito trabalho a ser feito (e muitos perigos a enfrentar) até a **reforma tributária** virar realidade.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Jabutis e outros riscos no caminho do IVA-dual

Brecha para Estados criarem novos impostos preocupa setores

O texto da **reforma tributária** aprovada na Câmara na semana passada abre brecha para a criação de um novo tributo estadual que pode incidir sobre produtos primários e semielaborados. O dispositivo, previsto no artigo 20 do texto, preocupa os setores do agronegócio e da mineração. A preocupação também foi apontada em artigo publicado ontem no "Pipeline", site de negócios do Valor.

A redação final do artigo acendeu um alerta e deixou empresários e lideranças dos setores preocupados. Interlocutores já estão tentando se mobilizar para buscar uma saída pelo Senado.

"Ainda não fiz uma análise profunda sobre o texto [da **reforma tributária**], mas achei um absurdo os Estados poderem criar **impostos** sobre os produtos agrícolas, de minério e petróleo", disse Rubens Ometto Silveira Mello, fundador e presidente do conselho de administração do grupo Cosan. "São setores que sustentam o país", afirmou. Segundo o empresário, na Argentina, os produtores também são taxados e o país vizinho enfrenta problemas graves na economia.

Para Ometto, a **reforma tributária** é um passo importante para o país, mas o Artigo 20 pode afetar importantes setores da economia. "A reforma, a princípio, foi boa, mas teremos um segundo "round" [no Senado].

O Artigo 20 está previsto na **reforma tributária** aprovada. De acordo com Pedro de Camargo Neto, conhecido líder do agronegócio, não faz sentido aprovar uma reforma e criar essa exceção.

"Já começa errado. A reforma oferece condições para os governos estaduais atuarem.

Precisam se enquadrar e não procurar aumentar arrecadação em cima de qualquer setor. Espero que a Frente Parlamentar da agropecuária [FPA] reaja. Jabuti nunca mais." Fontes afirmam que o artigo 20 acabou entrando para legalizar uma situação do início do ano onde Estados, como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará instituíram taxa para compensar a redução do ICMS. O tributo para alguns setores seria para garantir investimentos.

No Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a

preocupação também é grande. A entidade também elogia a reforma, mas ressalva que o Artigo 20 contraria a própria reforma e aumenta a carga tributária.

No entendimento do Ibram, o artigo permite instituir contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição à contribuição a fundos estaduais. "Sua inclusão ocorreu bem no limite do início da votação pelos deputados, o que dificultou avaliar com maior cuidado este trecho, que irá gerar sérias repercussões no setor empresarial e às exportações brasileiras.

O Ibram espera que a votação pelo Senado Federal seja antecedida por um diálogo com a mineração e o setor agro e que tal artigo venha a ser suprimido da matéria da **reforma tributária**." Em seu artigo "A **Reforma Tributária** e o seu Cavalo de Tróia", publicado no "Pipeline", o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara afirma que, horas depois da apreciação da reforma, foi votado um complemento até então totalmente estranho ao texto, chamado tecnicamente de Emenda Aglutinativa. "A novidade mais estarrecedora está no artigo 20, responsável pela criação de um novo tributo, nunca antes debatido em qualquer comissão ou grupo de trabalho, que não guarda absolutamente nenhuma relação com a tributação do consumo, tema objeto da reforma".

O novo possível tributo seria uma contribuição estadual incidente sobre os mais diversos produtos primários ou semielaborados.

Em tese, seria possível tributar petróleo, minério de ferro, gás, energia etc, diz o advogado.

"Esse novo tributo foi criado para substituir Fundos Estaduais cuja validade vem sendo reiteradamente questionada perante o Supremo Tribunal Federal", comenta o artigo. "Ao fim, o que a Emenda Aglutinativa faz, nada mais é do que tentar legitimar uma cobrança que vem sendo feita de forma inconstitucional", observa Bichara.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Brecha para Estados criarem novos **impostos** preocupa setores

Senado tem de blindar reforma de mais concessões políticas (Editorial)

A primeira **reforma tributária** feita após a ditadura militar foi aprovada por ampla maioria na Câmara dos Deputados - 382 a 118 no primeiro turno, 375 a 113 no segundo -, um feito extraordinário, quando por décadas desavenças irreduzíveis impediram de realizá-la. As mudanças abrem a chance concreta de se consertar, em grande parte, um sistema tributário injusto, desigual, e oneroso e burocrático em demasia para cumprimento de seu cipoal de regras que mudam quase diariamente. Se for conduzida sem mais desvirtuamentos até o fim, a reforma liberará pessoal e recursos das empresas que poderão ser empregados produtivamente. A Proposta de Emenda Constitucional segue para o Senado, onde será examinada após o fim do recesso parlamentar.

Após décadas de discussões, a **reforma tributária** reuniu um grande consenso, para o qual contaram o empenho do presidente da Câmara, Arthur Lira, a costura política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e as orientações do governo, sob o comando, na questão, do secretário especial Bernard Appy. É certo que ela passou pelo teste da Câmara não só por suas virtudes inegáveis, mas também devido a amplas concessões em relação ao projeto original e pela liberação recorde de emendas pelo governo, R\$ 5,3 bilhões, em apenas um par de dias. Como a reforma reflete a relação de forças políticas existente, ela foi a possível de ser feita. Mesmo assim, alguns de seus pontos fundamentais foram mantidos.

A reforma estabelece a não cumulatividade plena dos **tributos**, em que os pagos nos primeiros elos de uma cadeia de bens e produtos são integralmente abatidos na posterior.

Parece lógico, mas não é que ele hoje funciona. A PEC também estabelece a regra da cobrança no destino e não mais na origem do produto ou bem, pondo fim a uma guerra de incentivos fiscais que contribuiu para exaurir os cofres estaduais sem que os benefícios se tornassem evidentes. Com a reforma, a concessão de incentivos terá de sair dos orçamentos dos entes federados.

A ideia de um só IVA, a melhor solução, não vingou, e serão três **impostos** - a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), reunindo PIS-Cofins e IPI, **tributos** federais, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), juntando o ICMS estadual e o ISS municipal. O IPI

desaparecerá e será substituído pelo Imposto Seletivo, para desestimular o consumo de bens nocivos à saúde ou ao ambiente. O número de regimes especiais, que beneficiavam alguns setores, será drasticamente reduzidos assim como a babel de alíquotas - haverá três, a padrão, a diferenciada (40% da padrão) e a de regimes especiais (combustíveis, seguros etc).

As próximas etapas da tramitação são igualmente decisivas para a PEC. Aprovou-se uma reforma sem que fosse estabelecida a alíquota padrão que, assim como outras definições importantes, serão disciplinadas por legislação complementar. O que tornou-se evidente no esforço concentrado para a votação na Câmara foi o aumento rápido de setores que conseguiram ficar fora da alíquota padrão e se encaixar na diferenciada, que originalmente era de 50% e na última hora caiu para 40%. Há pelo menos 15 atividades que pagarão alíquota menor, como atividades desportivas, educação, saúde e transporte coletivo de passageiros, produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura entre outros.

Um dos objetivos da reforma era retirar o peso excessivo dos **tributos** que recai sobre a indústria e taxar mais o setor de serviços, sem que a carga tributária total aumente. Mas quanto maior for o número de setores que entrem na alíquota diferenciada, maior terá de ser a alíquota padrão, um cálculo que ainda será feito. O principal risco imediato é que mais setores sejam incluídos na lista de regimes especiais ou de alíquota diferenciada.

A União, que no governo passado se recusou a criar um fundo, sairá da reforma amparando três, todos eles fora do limite de despesas. Para bancar a concessão ilegal de incentivos decorrentes da guerra fiscal entre Estados, a União terá de aportar R\$ 160 bilhões, atualizados pelo IPCA, até 2032, a partir de 2025. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, destinado a compensar perdas da reforma e diminuir desigualdades, obrigará a União a dispender R\$ 80 bilhões em 4 anos (de 2029 a 2032) e mais R\$ 40 bilhões anuais a partir de 2033. Um terceiro fundo se destinará a compensar o Amazonas, onde fica a Zona Franca de Manaus, que tem de ser mantida até 2073 com seus benefícios tributários. A PEC permite ampliar a incidência do Imposto Seletivo (IS) nos bens e serviços da Zona Franca de Manaus como forma de

garantir a preservação ambiental.

No Senado, haverá mais barulho e divergências sobre o Conselho Federativo, formado por 54 membros, administrará o IBS e definirá os mecanismos pelos quais a compensação entre Estados, e entre eles e os municípios, será feita, por meio de um sistema ponderado de decisão. Os Estados do Sul e Sudeste foram contrários no início à ideia e por pouco a questão não impediu a votação da reforma.

Momento é favorável, se não houver ansiedade, diz Joaquim Levy

Anaís Fernandes e Victor Rezende

Se as autoridades não ficarem muito ansiosas com o bom momento que a economia brasileira vivencia neste ano e, principalmente, que pode se repetir em 2024, haverá uma janela de oportunidade para planejar o longo prazo, defende Joaquim Levy, diretor de Estratégia Econômica e Relações com o Mercado do Banco Safra, em entrevista ao Valor.

O crescimento deste ano - 2,1% na visão do Safra; 2,2% no consenso do Focus - está dado pela agricultura, lembra Levy. Para 2024, o banco tem uma visão mais positiva, projetando 2,5%, ante 1,3% na mediana do Focus. O Safra também espera inflação de 5% neste ano, em linha com o mercado, mas de 3,3% no próximo, menos pressionada que o consenso, de 3,9%.

Neste contexto, antevê Levy, o Banco Central deve começar a reduzir os juros em agosto com um corte de 0,5 ponto percentual, levando a Selic para 11,75% no fim de 2023 e 8,75% em 2024 - o Focus está em 12% e 9,5%, pela ordem.

Embora não haja relação mecânica entre queda da Selic e PIB, "quando a taxa de juros for abaixo de 10%, muita coisa vai começar a mudar", diz. "O governo não pode querer atropelar demais", alerta.

Nesse sentido, Levy, que foi ministro da Fazenda em 2015, elogia o atual chefe da pasta, Fernando Haddad, que, na sua avaliação, tem agido "com tranquilidade". Ele, inclusive, não descarta que uma agência de classificação de risco eleve a nota de crédito do Brasil, a depender do andamento da pauta econômica no Congresso.

Com juros caindo, a hora é de "dar espaço para isso ir trazendo as vantagens para a economia" e aproveitar o período para começar a olhar para o longo prazo, afirma Levy, destacando a importância da reforma tributária e da transição energética. "Essas coisas não se improvisam, se planejam", afirma.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Como projetam o início do ciclo de cortes na Selic?

Joaquim Levy: As coisas que a gente tinha alinhado há algum tempo aconteceram. Em outubro, eu disse que, talvez, a inflação deste ano ficasse abaixo de 5%. Quem ia acreditar naquela época? Está se encaminhando para isso. Tínhamos uma série de fatores que já vinham, desde o ano passado, indicando queda da inflação e dos juros em 2023. Esse cenário passou por uma prova de fogo na virada do ano com a PEC da Transição.

Todo mundo ficou muito nervoso, mas fomos superando e, hoje, chegamos em uma situação em que o BC está com conforto para baixar os juros. As peças se juntaram - a última foi a decisão do Conselho Monetário Nacional [de manter a meta de inflação em 3%].

Já está fazendo efeito: a expectativa de inflação para 2024 no Focus começou a cair e deve cair mais.

Acredito que, em agosto, com essa convergência, o BC vai ficar muito confortável. A questão é se ele vai começar com 0,25 ponto percentual, uma inflexão muito cuidadosa, ou se pode começar com 0,50 ponto. Acharmos que é para ser 0,50, e o mercado também já está achando.

Valor: Por quê?

Levy: Pela própria sinalização do Banco Central. Se o BC, mesmo depois da reavaliação da taxa de juros neutra [aquela que não contrai nem acelera a economia], considera que ela é 4,5%, em termos reais, e a inflação está convergindo para 3%, isso dá uma taxa neutra nominal de 8%. Se você está [com a Selic] em 13,75%, para chegar a 8%, em uma situação em que o hiato é negativo [há ociosidade na economia], pode até querer acelerar [o corte]. Se não começar com 0,50 ponto, daqui a pouco vai ter de dar 0,75; daqui a pouco, pode ter de fazer como o Ilan [Goldfajn, presidente do BC entre 2016 e 2019], que teve de dar 1 ponto [de corte].

Não dá para descartar isso, dada a distância entre onde a gente está e o que o próprio BC colocou como a taxa de juros neutra.

Valor: O sr. concorda com essa taxa de juros neutra do BC?

Levy: Eu acho que o Banco Central está usando isso um pouco como mecanismo de comunicação.

Se você dá uma relaxada na política monetária, quer dizer que, até o fim do ano, o hiato até pode abrir um pouco mais [aumentar a ociosidade da economia], mas, mais para frente, o hiato vai começar a se fechar [a economia ficará mais aquecida]. Digamos que daqui a um ano ela já esteja perto do crescimento potencial. Isso significa que, naquele momento, você vai estar mirando a taxa de juros neutra.

Funciona como um piso. E eu acho importante, porque, hoje, a curva já indica uma taxa de 8,5%. É uma sinalização para o mercado, que já está praticamente lá. Inclusive, não achamos que vai ter um fechamento de taxas muito maior agora. Quando as pessoas forem percebendo isso, provavelmente, vai haver, cada vez, mais um movimento em direção à Bolsa.

Valor: Por que o Safra está mais otimistas com o **PIB** em 2024?

Levy: Neste ano, a agricultura empurrou o **PIB**. Os salários e a renda das famílias não foram muito mal; por outro lado, o custo da dívida está subindo, então, a renda disponível não tem crescido muito.

Por isso, o crescimento do consumo este ano não vai ser grande.

Ele vai ser um pouco melhor, porque, com o preço dos alimentos caindo, sobra um pouco para comprar outras coisas. Mas veja o caso do automóvel: estamos vendendo mais do que em 2022, mas menos do que em 2021, quando a taxa de juros era baixa. Não há uma relação mecânica entre o crescimento e a taxa de juros, mas, ainda assim, rodando os modelos... Na hora em que a taxa de juros começar a cair, quando ela for abaixo dos 10%, muita coisa vai começar a mudar.

A gente espera que isso seja na virada do ano ou no carnaval.

Valor: O que pode mudar?

Levy: O primeiro que acho que vai reagir é o consignado, porque não tem risco de inadimplência.

Você tem uma pessoa que hoje está "travada" pagando uma prestação; quando a taxa é baixa, você refinancia, com a nova taxa. Vai gerar o que a indústria chama de "troco", que é o dinheiro que ou ele não toma, mas, aí, a prestação dele fica bem barata, ou ele toma e dá aquela "alimentada". Só no consignado esse "troco" pode dar em torno de R\$ 50

bilhões. Aí, uma coisa puxa a outra. Por isso, achamos que o consumo, no ano que vem, pode crescer entre 2,5% e 3%.

Valor: E os investimentos?

Levy: A taxa de juros e a confiança do empresário andam juntas, na direção contrária: se a taxa cai, a confiança aumenta. O empresário começa a ver que está vendendo mais e que sua dívida está um pouco mais barata. O próximo passo dele é usar esse dinheiro para renovar estoque ou fazer investimentos.

Os investimentos [no **PIB**], que devem cair 3% neste ano, podem subir 3% no ano que vem - ainda é um número pequeno. Mas tudo isso, junto com uma exportação na tendência, faz com que se consiga chegar a um crescimento de 2,5% do **PIB** em 2024. Como esse crescimento é mais apoiado na demanda interna, também ajuda a arrecadação. Isso ajuda o fiscal, o que dá mais tranquilidade para a taxa de juros. Dali a pouco, vamos ver fluxo de capital externo vindo.

Valor: Um crescimento pelo consumo não pressionaria a **inflação**?

Levy: No começo do ano que vem, ainda vamos estar com hiato negativo. Ainda que você veja o consumo se expandindo, [a Selic] vai estar em território restritivo, acima da taxa neutra. É uma verdadeira tundra até chegar ao neutro.

A pergunta é: houve fôlego para [o **PIB** crescer] esse ano, mas e depois?

Se quiser repetir a mesma mágica no ano seguinte, aí, eu concordo, vai ser inflacionário. Então, vai ser muito importante aproveitar esse período para começar a olhar para coisas de mais longo prazo.

Valor: Como o quê?

Levy: Tem a ver com investimento e faço duas observações. A **reforma tributária** é absolutamente urgente.

Eu não estou nervoso, se a reforma votada na Câmara não é perfeita, isso é natural. Vota-se rapidamente na Câmara, para dar uma sinalização, e dá tempo para o Senado, que é a casa da federação, depois ir ajustando. Mas a reforma é fundamental para essa segunda etapa [de crescimento]; resolvendo isso começa a abrir o horizonte para as companhias pensarem em investimentos maiores.

Valor: Qual é o outro fator?

Levy: Aproveitar as vantagens que temos em todos os temas de transição ecológica. Por isso o Ministério da Fazenda está com aqueles planos.

Se tiver fôlego, conseguiu votar a **reforma tributária** [no Senado; o texto já passou pela Câmara] e, aí, no segundo semestre, começa a discutir essa questão do plano ecológico, vai dando as linhas de investimento. O Brasil tem enorme capacidade, mas essas coisas não se improvisam, se planejam.

Valor: Quais são os riscos para essa visão mais otimista?

Levy: Estamos sempre olhando os riscos. A **reforma tributária** esbarrar seria muito ruim. Tem que ir com cuidado também na tributação lá fora, para não matar as empresas brasileiras que estão indo competir. Outro risco é que o governo não pode querer atropelar demais. Isso vale para qualquer país. Tem de ter paciência. Com os juros caindo - afinal, houve tanto esforço para garantir que a **inflação** diminuísse -, agora vamos dar espaço para isso ir trazendo as vantagens para a economia.

Valor: Como assim?

Levy: Temos uma oportunidade de fazer as coisas ao longo do tempo.

Se não houver muita ansiedade, é um cenário favorável ao Brasil.

Tem de saber ter a tal da famosa paciência. Se tentar fazer tudo no ano que vem, começar a gastar, fazer empréstimo, superaquece a economia e volta aos problemas que a gente já conheceu. Tem de ir dando tempo para as coisas acontecerem.

Nada vai ser melhor para a economia brasileira do que a gente conseguir um período de taxa de juros e **inflação** baixas com a economia equilibrada. É a coisa mais democrática que tem. A gente tem de trabalhar bem para conseguir essas condições, e isso você não consegue forçando a barra. O governo tem de dar espaço para essas coisas acontecerem e focar muito as questões regulatórias, para criar esse ambiente de investimento favorável.

Valor: O crescimento, como o sr. mencionou, deve ajudar a arrecadação.

O plano fiscal do governo se torna mais viável?

Levy: Tem uma realidade: a despesa foi aumentada no ano passado em 1,5% do **PIB**. Arrumar como atender isso é a arte. Eu acho que o Haddad está fazendo um trabalho bem equilibrado, porque, de um lado, vai

tentar tapar alguns buracos, agora, do outro lado, é evidente que vai ter de ter crescimento. Eu acho que o arcabouço tem uma grande vantagem: ele é muito transparente. Ele mostra uma equação interessante: com um crescimento do **PIB** na ordem de 2,5%, um [resultado] primário entre 1% e 1,5% e uma taxa de juros neutra entre 3,5% e 4%, você consegue estabilizar a dívida. Esse é o crescimento do **PIB** que você precisa ter para o arcabouço funcionar.

Por alguns fatores conjunturais, o ano que vem deu 2,5%; tem de começar a pensar no 2,5% estrutural.

Valor: Recentemente, a S P Global melhorou a perspectiva do rating do Brasil. Há chance de elevação da nota de crédito do país pelas agências de classificação de risco?

Levy: Se a **reforma tributária** avançar e, se passarmos algumas leis para reforçar o fiscal, meu sentimento é que uma agência pode ir além do "outlook" [perspectiva], pode já dar elevação. Ainda tem uma longa caminhada para voltar ao grau de investimento. O segredo é ir com calma e focando o que é essencial. Acho que, nesse sentido, o ministro da Fazenda está sendo extraordinário na condução das coisas, com muita tranquilidade.

As peças estão aí. O mundo é diferente, algumas soluções vão ser também, mas como a gente diz aqui, o Brasil vai continuar, certo?

*

"Acho que o ministro da Fazenda está sendo extraordinário na condução das coisas"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Momento é favorável, se não houver ansiedade, diz Joaquim Levy

Oposição no Senado estuda defender reforma tributária para não repetir erro da Câmara

Por Valdo Cruz

A **reforma tributária** começa a tramitar no Senado em agosto. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete aprovar o texto, mas senadores querem debater e fazer mudanças.

Enquanto isso, a direita e a centro-direita no Senado não querem repetir, em peso, o erro de aliados na Câmara, que se desgastaram ao seguirem a orientação de Jair Bolsonaro (PL) e votarem contra a proposta de mudança no sistema tributário brasileiro.

LEIA TAMBÉM:

O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), por exemplo, defendeu a aprovação da **reforma tributária** durante a reunião do partido na semana passada.

À ocasião, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi interrompido ao defender a medida e afirmar que a direita não poderia cometer o erro de ficar contra uma proposta que sempre defendeu.

Outros senadores vão seguir o caminho do líder. A avaliação deste grupo é que poucos senadores vão acompanhar Bolsonaro.

Por sinal, há uma expectativa dentro do PL que, no Senado, o ex-presidente Jair Bolsonaro mude de posição. A repercussão de seu posicionamento foi muito negativa nas redes sociais e também entre empresários que apoiaram seu governo, enfraquecendo ainda mais Bolsonaro no campo político.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, também ficou irritado com a postura de Bolsonaro e apontou como um erro político.

O texto deve sofrer mudanças no Senado. O governo espera que os senadores concluam a votação até final de setembro, permitindo que os deputados votem as alterações ainda em outubro.

O governo e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, querem promulgar a **reforma tributária** antes do final do ano.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/07/10/oposicao-no-senado-estuda-defender-reforma-tributaria-para-nao-repetir-erro-da-camara.ghtml>

Glossário da reforma tributária: entenda os principais termos da proposta que muda a forma como impostos são cobrados

Por Bruna Miato, g1

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui a **Reforma Tributária** foi aprovada na última sexta-feira (7) pela Câmara dos Deputados por 375 votos a favor e 113 contra. Agora, o texto segue para aprovação do Senado Federal e, caso sofra alguma alteração, voltará para a Câmara para ser votado mais uma vez.

Essa reforma, que é considerada uma vitória do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do chefe do Ministério da Fazenda, Fernando Haddad e do próprio presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, é um projeto que modifica a forma como os **impostos** são cobrados no Brasil.

ENTENDA: Principais pontos da Reforma TributáriaO que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTU

Embora o tema esteja repercutindo bastante nas últimas semanas, falar sobre tributação ainda é uma tarefa difícil, justamente por envolver muitos termos técnicos.

O g1 preparou um glossário com os principais termos abordados nas discussões sobre a **Reforma Tributária** para facilitar o entendimento. Consulte na tabela a seguir:

Os principais pontos da **Reforma Tributária**

De acordo com o professor de direito tributarista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gabriel Quintanilha, o texto da PEC da reforma traz alguns destaque importantes entre os termos que antes não eram tão falados no país.

O primeiro deles é o Imposto sobre Valor Agregado Dual (IVA Dual), que é formado por dois **impostos** agregados, um de gestão federal e outro de gestão compartilhada entre estados e municípios, e que tem o objetivo de simplificar a cobrança de **impostos** no Brasil com a unificação de cinco **tributos**: IPI, Pis, Cofins, ICMS e ISS.

O IVA será composto por:

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo imposto com gestão federal que vai unificar a cobrança do IPI, PIS e Cofins; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), novo imposto com gestão compartilhada estados e municípios, que vai unificar a cobrança do ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Quintanilha explica que, para a gestão dos recursos arrecadados pelo IBS, será criado um Conselho Federativo. A composição da estrutura desse conselho foi definida da seguinte forma:

27 conselheiros representando os estados e o Distrito Federal (um por unidade da Federação); 14 representantes que serão eleitos, com voto em peso igual, pelos municípios; 13 representantes que serão eleitos, com peso do voto ponderado pelo número de habitantes, pelos municípios

A proposta estabelece que as deliberações do conselho serão tomadas se alcançarem cumulativamente os votos:

nos estados: da maioria absoluta de seus representantes e de representantes que correspondam a mais de 60% da população do país; nos municípios: da maioria absoluta de seus representantes.

Cesta básica nacional e cashback

O texto da **Reforma Tributária** propõe, ainda, a criação de uma cesta básica nacional. Os produtos que estiverem dentro desse grupo terão alíquota (que é o percentual fixo utilizado para calcular qual o valor devido ao pagar um imposto) zero.

Para Quintanilha, da FGV, a medida é controversa porque não beneficia apenas as pessoas mais pobres, mas todos, independente da renda.

Vale destacar que ainda não há definição sobre quais serão os itens englobados - de acordo com o texto, caberá a uma lei complementar definir quais serão os produtos destinados à alimentação humana que farão parte da cesta.

Além disso, a reforma cria também o cashback , um mecanismo, que prevê a devolução de **impostos** para um público de baixa renda com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

Por essas razões, o nosso substitutivo prevê a adoção de mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, cujo desenho constará de legislação infraconstitucional, a qual determinará o público elegível beneficiado e o montante e a forma de devolução , pontuou o relator do texto da reforma, Aguinaldo Ribeiro.

Fundos de compensação

Por fim, Quintanilha destaca a criação dos fundos de compensação, com destaque para o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Esse Fundo é criado pela reforma para compensar os contribuintes que perderão os benefícios fiscais que já foram concedidos por prazo certo e sob condição e serão revogados pela reforma. Esse é um ponto importante , destaca o professor.

O fundo terá um valor total de R\$ 160 bilhões e validade de 2025 a 2032.

Há ainda outros fundos, como o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas, o fundo para contribuições para infraestrutura e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/glossa-rio-da-reforma-tributaria-entenda-os-principais-terminos-da-proposta-que-muda-a-forma-como-impostos-sao-cobrados.ghtml>

No Senado, o caminho da reforma tributária será o da negociação e as conversas estão começando

Por Míriam Leitão

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco para começar o diálogo da segunda fase da tramitação da **reforma tributária**. Como é natural que cada casa queira deixar a sua marca, o argumento de Haddad será que as ideias do Senado que estavam na Emenda 110 já foram incorporadas à emenda 45 que foi votada na Câmara.

Havia dois projetos tramitando sobre **reforma tributária**: a emenda constitucional 45, que foi aprovada na Câmara, e a emenda 110, no Senado. No começo eram projetos muito diferentes, e ao longo dos anos foram se aproximando.

Haddad deve seguir no Senado a mesma estratégia de muito diálogo. O objetivo principal é que nada seja alterado para não ter que voltar para a Câmara. De qualquer forma, não se pode impedir que o Senado olhe a PEC que veio da Câmara e veja se há distorções que precisem ser corrigidas. É a casa revisora.

Na melhor das hipóteses, não haverá alterações, e o texto vai para sanção. Por outro lado, é necessário ver se a PEC ficou com alguma ponta solta, alguma distorção. Ou seja, se alguma inclusão de última hora cria alguma situação ruim para a estrutura tributária do país.

Esse é um trabalho para o segundo semestre, para ser apreciado no Senado em outubro, de forma lenta e detalhada.

Outra linha da estratégia do governo é continuar mostrando que não é um projeto de esquerda, de direita e nem de centro. Não é um projeto que se encaixe nesse tipo de clivagem ideológica, mas sim um texto que aperfeiçoa a maneira como se cobra e se paga **impostos** no Brasil, tornando o país mais eficiente.

Dessa forma, é possível atrair inclusive aqueles que estão no grupo de influência do governo anterior, e esse é um trabalho que já está sendo feito: buscar

parlamentares que se fortaleceram e cresceram na era Bolsonaro, como os senadores Hamilton Mourão ou Sergio Moro, por exemplo.

A ideia é mostrar que a reforma é um movimento que já vinha em andamento no Brasil e é defendida por empresários, economistas e políticos. Mas esse é um assunto que deve tomar os primeiros meses do segundo semestre, quando o Congresso voltar do recesso.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/no-senado-o-caminho-da-reforma-tributaria-sera-o-da-negociacao-e-as-conversas-estao-comecando.ghtml>

Reforma Tributária: IVA, imposto que vai incidir sobre consumo no Brasil, poderá ser o maior do mundo, aponta estudo

Por Carolina Nalin - Rio

Mudanças de última hora feitas no texto da **Reforma Tributária**, com inclusão de mais segmentos na lista de setores com regime especial, devem levar a alíquota padrão do imposto sobre consumo - que vai ser criado no novo regime tributário - a ficar maior do que o inicialmente previsto, dizem especialistas. Estudo inicial apontava para um alíquota-base do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) de 25%, mas a perspectiva agora é que esse percentual seja mais alto.

Levantamento feito pelo Bichara Advogados, com base em dados de países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que a alíquota do IVA deverá se aproximar à praticada na Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da OCDE.

A reforma prevê a unificação dos **impostos**, simplificando o sistema atual. Nesse novo sistema tributário, cinco **tributos** sobre o consumo serão substituídos por um imposto sobre valor agregado, como acontece em mais de 170 países.

No Brasil, porém, esse IVA será dual, o que na prática significa dois **tributos**: o federal Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unindo IPI, PIS e Cofins; e o subnacional Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), unindo ICMS e ISS.

O imposto unificado sobre consumo é adotado em 174 países do mundo, segundo informações da Tax Foundation, numa avaliação de que a unificação reduz custos administrativos.

Entre os países com taxa mais alta estão Hungria, com 27%, e Dinamarca, Noruega e Suécia, com 25%. Em países como Espanha, Alemanha, Reino Unido e Chile, as taxas giram em torno de 19% e 21%.

Entre as grandes economias, o único país que não adota o IVA é o Estados Unidos, onde a cobrança é subnacional.

A proposta defendida pelo governo, pelas contas de

Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, já estimava que o IVA brasileiro teria uma das maiores alíquotas do mundo. Era previsto uma alíquota de 25%, de forma a compensar a arrecadação dos **tributos** extintos, mas ainda sem considerar os benefícios aprovados na reforma.

Com as mudanças no texto, incluindo a redução de alíquotas para alguns segmentos e majoração para outros, a tendência é que o IVA supere os 25%.

Murilo Allevato, sócio do Bichara Advogados, avalia que a concessão de benefícios fiscais provavelmente resultará em aumento da alíquota de referência. Ele explica, contudo, que o texto estabelece que a redução de alíquotas seja acompanhada de estimativa de impacto no valor da alíquota de referência:

- Ocorre que não se sabe exatamente qual será a alíquota de referência. Ela será estipulada pelo Senado Federal com base nos dados de arrecadação, os quais nunca foram disponibilizados. O mais próximo que temos agora é um estudo do Appy que estipula alíquota de referência em 25%, mas sem considerar qualquer incentivo fiscal. Com os benefícios previstos, é provável que ela aumente e se torne o IVA mais alto do mundo - afirma o advogado.

Gustavo Brigagão, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, também avalia que a alíquota de referência seja ainda maior para suportar as renúncias fiscais estabelecidas no projeto da **reforma tributária**:

- É uma consequência natural. Conforme afirmado por representantes de grandes municípios, estudos projetavam, antes da aprovação do novo texto ontem, uma alíquota média efetiva de 29,1% (bem superior, portanto, à alíquota de referência de 25%). Com todas as renúncias citadas, essa alíquota média será ainda maior - afirma.

Luiza Lacerda, sócia da área Tributária do BMA Advogados, lembra que, pela ideia declarada da **Reforma Tributária**, o valor da alíquota deve ser pensado com cuidado para não gerar perda de arrecadação ou aumento na carga tributária, que já é

muito elevada.

Na visão de Allevato, do Bichara Advogados, os principais riscos que um IVA significativamente elevado podem trazer são o aumento de preços sobre o setor de serviços e o aumento da pejetização.

- Ainda que se alegue que o imposto será suportado pelo consumidor final, podemos acreditar que nem todos os setores prestadores de serviços conseguirão repassar a majoração do tributo no preço e provavelmente terão que reduzir margem.

Ele continua:

- Outro risco é o aumento da pejetização. Como a contribuição sobre a folha de salários não gera crédito, é melhor contratar uma pessoa jurídica prestadora de serviços do que firmar um contrato de emprego. O IBS recolhido pela pessoa jurídica prestadora será passível de creditamento.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/reforma-tributaria-iva-imposto-que-vai-incidir-sobre-consumo-no-brasil-podera-ser-o-maior-do-mundo-aponta-estudo.ghtml>

Veja o que os senadores querem mudar na Reforma Tributária

Por Victoria Abel e Manoel Ventura - Brasília

A **Reforma Tributária** ainda não começou a tramitar oficialmente no Senado Federal, mas parlamentares já se preparam para solicitar alterações no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A principal modificação, que mobiliza, inclusive, senadores da base de governo, é a composição do Conselho Federativo. Estados do Norte e Nordeste consideram a solução, articulada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, como injusta, beneficiando estados mais ricos do Sul e Sudeste.

A Câmara acatou um pedido do governador paulista, Tarcísio de Freitas, junto com outros governadores das regiões sul e sudeste, para incluir a regra que prevê que o grupo de estados vencedor em deliberações precisará representar 60% da população brasileira.

Caso a maioria da população esteja com o grupo perdedor, esse poderá ter poder de veto. Dessa forma, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro teriam sempre a preferência em decisões, de acordo com a argumentação do Norte e Nordeste.

- O Senado quer muito a reforma, mas ele vai ter que aperfeiçoar alguns aspectos, como os critérios de distribuição do Conselho Federativo. O Senado tem obrigação de manter a federação. Atenderam ao Tarcísio. Isso, com certeza, vai ser aperfeiçoado - disse o líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL).

Diferentemente da Câmara, onde o número de deputados é proporcional a população dos estados, o Senado tem três representantes para cada ente da federação, igualando os estados nas tomadas de decisão.

No Senado: Parte da oposição acena com apoio à **Reforma Tributária**

O Conselho Federativo é a instância máxima dos 27 estados, mais o Distrito Federal e do conjunto de municípios, que vai gerir o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), união do ICMS e ISS.

Os 27 estados, incluindo o Distrito Federal poderão indicar 27 representantes. O conjunto dos 5.568 poderá indicar 27 membros, sendo 14 representantes,

com base nos votos de cada município, com valor igual para todos e 13 representantes, com base nos votos de cada município ponderados pelas respectivas populações.

Já a oposição vai cobrar uma análise mais criteriosa dos impactos no bolso da população com a **Reforma Tributária**. Além de simulações que serão requisitadas ao governo, os senadores querem audiências públicas com especialistas.

- O PL é a favor da reforma, mas vamos exigir que sejam apresentados impactos e simulações. O mais importante é entender o impacto sobre o consumidor. A ideia é que tenham várias audiências públicas. Vamos ver se o Pacheco vai querer tratorar como o Lira (presidente da Câmara) - afirmou o líder do PL, Carlos Potinho (RJ)

Os senadores ainda querem incluir na PEC os detalhes de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai compensar possíveis perdas dos estados e municípios com o mudança do sistema de **impostos**.

A proposta da Câmara deixou a definição apenas para o projeto de Lei Complementar. Mas parlamentares querem que os critérios sejam assegurados na Constituição.

A tramitação no Senado vai começar pela Comissão de Constituição e Justiça, chefiada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). O relator da matéria ainda não foi designado.

- Estamos no aguardo. Pacheco ainda não sinalizou nada - disse o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB).

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/veja-o-que-os-senadores-querem-mudar-na-reforma-tributaria.ghtml>

Reforma tributária supera custo fiscal

Por Alvaro Gribel

A visão do economista Pedro Schneider, especialista em contas públicas do Itaú Unibanco, é de que os aportes feitos pela União nos dois fundos que vão ajudar a financiar a **Reforma Tributária** serão mais do que compensados por crescimento econômico e aumento de arrecadação. "Todos os estudos e pesquisas acadêmicas indicam que esse tipo de reforma aumenta o crescimento econômico. E esse ganho de crescimento ajuda na arrecadação, o que mais do que compensa esses gastos", afirmou. O especialista vê como muito positiva a aprovação do projeto, pelo ganho de produtividade e redução de contencioso tributário. Em uma conta "conservadora", diz, o efeito líquido da reforma pode ajudar entre 0,1% e 0,2% no resultado primário do governo.

Luz do sol

Schneider também destaca que, embora haja uma lista de setores beneficiados com reduções de alíquotas, o número hoje é muito maior e ninguém consegue contabilizar exatamente quantos são. "O projeto cria um sistema transparente. Há essa crítica de que alguns setores serão favorecidos, mas está tudo muito claro. Hoje, também existem muitos setores favorecidos e ninguém sabe exatamente quais", explicou. Os princípios de transparência, simplificação e não cumulatividade dos **impostos** são os grandes avanços do projeto na sua visão.

Volta da confiança

O gráfico ao lado é um bom termômetro da confiança do mercado financeiro na economia brasileira. A estimativa para a **inflação** de longo prazo do Brasil, de 2027, teve forte queda nas últimas semanas, depois de uma piora expressiva no início do ano, quando Lula ameaçou subir a meta de **inflação**. Em janeiro, a projeção do Focus estava em 3%, mas saltou para 4% em março, e por aí ficou a maior parte do tempo. De um mês para cá, quando essa ideia esfriou no governo, o número caiu para 3,5%. A expectativa é por novas reduções nas próximas semanas, depois de o Conselho Monetário Nacional ter confirmado a meta de **inflação** em 3% em 2026. "A **inflação** de longo prazo é um indicador importante, porque tira da conta ruídos de curto prazo, ou seja, mostra a confiança no Banco Central e no próprio governo tanto nas políticas fiscal quanto monetária", explicou Schneider.

Presidenciáveis

No mercado financeiro, a visão é de que dois personagens "presidenciáveis" saem bastante fortalecidos do processo de negociação da **Reforma Tributária**. De um lado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ganhou novos pontos como articulador político, o que diminui a influência sobre o governo de economistas de viés mais heterodoxos. De outro, o governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, se distanciou da loucura bolsonarista ao sentar e negociar - como deve ser - com o próprio Haddad no Ministério da Fazenda. "Tarcísio fez oposição racional, e Haddad mostrou mais uma visão que é pragmático", sintetizou o economista de um grande banco.

Preços em queda

A queda do IGP-DI (-1,45%) pelo segundo mês seguido, em junho, reforçou a pressão para que o Banco Central inicie o corte de juros já na próxima reunião, em agosto. Com este resultado, o índice acumula variação de -7,44% em 12 meses. Para se ter uma ideia da mudança no quadro inflacionário, em junho de 2022 o índice marcava 11,12% na mesma comparação. Na terça-feira, o IBGE vai divulgar o IPCA, o índice que baliza o sistema de metas, e a projeção da Guide Investimentos é de deflação de 0,03%. Com a agenda econômica avançando e a expectativa de corte nos juros, o Ibovespa já acumula alta de 11,43% este ano.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/alvaro-gribel/coluna/2023/07/reforma-tributaria-supera-custo-fiscal.ghtml>

Cashback: saiba se vale a pena e como funciona a modalidade prevista na reforma tributária

Diante dos novos hábitos de compras e da necessidade de estimular o consumo, os comerciantes foram obrigados a inovar para se destacarem no mercado de varejo. Lojas online têm oferecido há algum tempo para clientes cashback, que permite ter de volta uma parte do dinheiro investido em uma compra.

Nesta modalidade, os clientes acumulam uma espécie de crédito a partir da compra de alguns produtos e, posteriormente, têm esse dinheiro de volta - seja na conta ou como crédito para compra de outros produtos. A ferramenta foi incluída na PEC da **reforma tributária**: faixas da população que seriam beneficiadas e o funcionamento do mecanismo serão definidos por uma lei complementar futura, no entanto, tudo indica que a compensação seja para pessoas de baixa renda.

Esse sistema, no entanto, já é utilizado para atrair novos clientes e incentivar o consumo. Para especialistas ouvidos pelo Terra, a utilização do cashback pode ser boa tanto para lojistas quanto para clientes.

Para William Santos, diretor comercial da VarejOnline, empresa especializada em tecnologia para gestão de lojas, franquias e pontos de venda (PDV), no caso dos lojistas o programa de cashback ajuda a atrair novos clientes, incentivar a fidelização dos clientes e aumentar a visibilidade e o ticket médio das vendas.

"Quando os clientes sabem que receberão uma porcentagem de volta, eles tendem a gastar mais, buscando aproveitar ao máximo o benefício. Isso resulta em um aumento do valor médio gasto por compra, impulsionando o faturamento da loja", explica William Santos.

Dos clientes que recebem cashback, entre 20 e 40% retornam para a loja em até 18 dias, e o lojista pode ter um faturamento de pelo menos 10% a mais em até 3 meses. "No final de tudo, o consumidor realiza novas compras na loja por um custo menor devido ao retorno do cashback, e o lojista consegue aumentar as vendas e ainda fidelizar o cliente", acrescentou o diretor comercial.

Cliente

Para Renata Abalém, advogada e diretora Jurídica do Instituto de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (IDC), embora receber uma parte do dinheiro de volta seja uma forma lucrativa de adquirir um produto, o consumidor deve avaliar as vantagens dessa benesse.

Hoje o mercado permite utilizar o cashback de três formas:

"O consumidor deve verificar se realmente está obtendo vantagem nesta compra ou se está vinculando-o à compra de outros produtos. Se condiciona o consumidor a comprar apenas naquela rede, e o consumidor não consome muito aquele determinado produto, talvez não traga benesse", disse a especialista.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/cashback-saiba-se-vale-a-pena-e-como-funciona-a-modalidade-prevista-na-reforma-tributaria,08d33367112110c0ddfa86ee40028242011t6ich.html>

Reforma tributária: qual o impacto para Bolsa, dólar e crescimento do PIB?

Colaboração para o UOL, em São Paulo

A **reforma tributária**, aprovada com folga em dois turnos na Câmara dos Deputados, visa simplificar os pagamentos de **impostos** no Brasil. Para economistas e analistas do mercado, a Reforma pode ajudar a economia a crescer, impulsionar a Bolsa e ajudar com a **inflação**.

Veja abaixo a previsão dos especialistas consultados pelo UOL para os impactos da **Reforma Tributária** na economia.

O **PIB** do Brasil pode crescer com a **Reforma Tributária**. O motivo é a simplificação dos **tributos** pagos no país, que acontecerá pela redução no número de **impostos** e pela desoneração do investimento e da exportação. Tudo isso deve acarretar um crescimento de 0,5% a mais do **PIB**, podendo chegar a até 1% ao ano, nos próximos 15 anos, afirmou o economista Simão Silber, professor do Departamento de Economia da FEA/USP e pesquisador da Fipe.

O Santander acredita que o **PIB** pode subir 20% nos próximos 20 anos. Cerca de 70% desse impacto vem do aumento de eficiência e de produtividade das empresas. O restante vem do aumento na taxa de investimento dessas empresas e de grandes investidores. Para o Santander, a **Reforma Tributária** pode aumentar a competitividade das empresas, reduzir a desigualdade entre os estados e diminuir a injustiça social.

A XP acredita que o **PIB** pode subir entre 0,7% a 1,2% ao ano, pelos próximos 15 anos. Segundo a XP, a indústria seria a maior beneficiada da reforma, enquanto os serviços podem sofrer mais impactos negativos.

O crescimento da economia deve compensar as perdas para o setor de serviços. Isso, porém, pode demorar, e deve começar a ocorrer de forma direta a partir de 2027, diz a XP.

Impacto sobre o dólar pode ser positivo. Isso porque, com a melhora do sistema tributário e do desempenho da economia do país, mais investidores estrangeiros podem trazer o seu dinheiro para cá, diz Silber.

No entanto, queda do dólar pode não se manter. O economista André Perfeito estava que a moeda chegue a R\$ 5,00 no final do ano. Esse é a mesma estimativa do Focus, o boletim semanal do Banco Central. Para 2024, a expectativa é que o dólar chegue a R\$ 5,10. Como disse uma coisa é a expectativa de corte de juros, outra bem diferente vai ser quando começar a cortar de fato a taxa básica, disse ele

Além da economia brasileira, também pesa no dólar a política de juros nos EUA. Isso porque o Banco Central americano, o Fed, pode voltar a subir os juros por lá, o que leva investidores a tirarem seu dinheiro do Brasil para alocar nos EUA, uma economia bem mais madura e segura. Assim, o dólar sobe.

Mas, no longo prazo, Reforma melhora economia brasileira, o que atrai investidores.

Os investidores estrangeiros também mudam. É o que diz o economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus Netto. Sairemos do investidor hot money, mais especulador, para o que pretende estender negócio, diz ele. Se o investidor especulador está no Brasil apenas para ganhar no curto prazo, o outro perfil pretende fazer investimentos no longo prazo. Isso ajuda o dólar a se manter no Brasil e, mantidas as condições atuais, o real tende a se valorizar em relação ao real.

O mercado financeiro pode se beneficiar da reforma.

O Santander acredita que o Ibovespa atingir 140 mil pontos até junho de 2024. A **Reforma Tributária** é um dos fatores que pode contribuir para esse resultado, diz o banco.

Para o Bank of America, o Ibovespa pode chegar aos 135 mil pontos até o fim do ano. Mas, segundo relatório divulgado pelo banco americano, isso deve acontecer principalmente porque os preços das ações hoje estão baratos em relação ao histórico.

Outro fator que está prejudicando a Bolsa brasileira é o setor de commodities. É o caso da Vale e de petroleiras, que pesam bastante no Ibovespa e estão em baixa.

Para a XP, o setor que mais pode se beneficiar é a indústria. O setor poderia crescer até 25% acima do

cenário sem reforma em 15 anos.

Mas, ainda que esses efeitos sejam positivos, só devem ser verificados em prazos mais longos. Isso porque as mudanças devem ocorrer de forma gradual e os seus efeitos tendem a ser menores em um primeiro momento e crescer ao longo do tempo.

A reforma não visa alterar a arrecadação de **impostos** para pessoa física, e sim para as empresas. Mesmo assim, deve haver um impacto positivo para os consumidores, segundo o especialista em direito econômico, financeiro e tributário Michel Haber, professor do Ibmec-SP.

Veja aqui o que a **Reforma Tributária** muda para o bolso do consumidor.

Sistemas tributários complexos geram custos de conformidade para as empresas, que são os custos que a empresa tem para decifrar e estar conforme a **legislação tributária**. Obviamente a empresa repassa esse recurso para o consumidor final, afirmou. Segundo ele, esses custos serão reduzidos e também repassados para o consumidor. Por isso, produtos e serviços podem ficar mais baratos.

A proposta inicial da **reforma tributária** deixava dúvidas sobre o impacto para a **inflação**, principalmente por causa dos **impostos** sobre a cesta básica. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) chegou a calcular que a reforma poderia causar um aumento de, em média, 59,84% nos **impostos** sobre a cesta básica.

Mas a versão aprovada isenta os alimentos da cesta básica de **tributos**. Os itens que entrarão na cesta básica nacional ainda terão que ser definidos.

Com essa isenção, a **inflação** deve cair. Com a alíquota zero para a cesta básica, isso tende a reduzir o processo inflacionário, diz a economista Carla Beni, professora da FGV.

Mesmo com a melhora na economia e na **inflação**, não é possível afirmar se a aprovação da **reforma** levará a uma queda na taxa de juros. Se a reforma vai contribuir para que a taxa Selic caia no segundo semestre, isso é uma questão muito específica da condução do Banco Central.

Para a especialista, a taxa de juros já podia ter caído. Isso porque o Brasil é o país com a maior taxa de juros do mundo, quase 7%, em um levantamento feito com 26 economias pela B3. Mesmo assim, os juros dependem da decisão do BC.

A poupança é o investimento mais usado pela maioria

dos brasileiros. Mas há outras opções que podem ser mais vantajosas e que rendem mais.

Para quem está começando a investir, UOL fez uma série de quatro aulas ao vivo sobre como diversificar sua carteira.

O tema foi Como sair da poupança com segurança para ganhar mais dinheiro. Falamos sobre as opções de investimento que existem, como avaliar o seu perfil para investir de acordo com sua tolerância ao risco, como diversificar sua carteira e como saber se os seus investimentos estão de acordo com os seus planos e sonhos.

As quatro aulas já estão no ar. O primeiro episódio e fala sobre quais são os principais investimentos existem, como funcionam e quais são seus riscos. Assista à aula completa aqui. Já o segundo episódio mostra como descobrir qual é o seu perfil de investidor para aplicar melhor seu dinheiro, veja aqui. Já a terceira aula fala sobre como montar uma carteira de investimentos e está disponível aqui. O último episódio, sobre como movimentar sua carteira, pode ser assistido na íntegra aqui.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40.

Assinantes do UOL podem reassistir às aulas quantas vezes quiserem. Ao final, os assinantes ainda vão ganhar um guia exclusivo sobre como investir além da poupança. Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como ter renda passiva pingando na sua conta com os investimentos. Para saber mais, acesse o especial Guia de Investimentos para ter Renda Passiva, exclusivo para assinantes.

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido?

A página de investimentos do UOL tem uma newsletter gratuita que o ajuda nesse objetivo. Ao assinar, você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos. Com essa newsletter, você vai aprender a investir e entender o que está acontecendo com o mercado.

Além da newsletter diária, você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor e com segurança seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. Há ainda

conteúdos diários sobre diversos tipos de ativos.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Este material não é um relatório de análise, recomendação de investimento ou oferta de valor mobiliário. Este conteúdo é de responsabilidade do corpo jornalístico do UOL Economia, que possui liberdade editorial. Quaisquer opiniões de especialistas credenciados eventualmente utilizadas como amparo à matéria refletem exclusivamente as opiniões pessoais desses especialistas e foram elaboradas de forma independente do Universo Online S.A.. Este material tem objetivo informativo e não tem a finalidade de assegurar a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de riscos. Os produtos de investimentos mencionados podem não ser adequados para todos os perfis de investidores, sendo importante o preenchimento do questionário de suitability para identificação de produtos adequados ao seu perfil, bem como a consulta de especialistas de confiança antes de qualquer investimento. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura e não está isenta de tributação. A rentabilidade de produtos financeiros pode apresentar variações e seu preço pode aumentar ou diminuir, a depender de condições de mercado, podendo resultar em perdas. O Universo Online S.A. se exime de toda e qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que venham a decorrer da utilização deste material.

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/07/10/reforma-tributaria-impacto-bolsa-dolar-economia.htm>

Reforma tributária repete clima de pacificação do Plano Real

Os ex-presidentes Jair Bolsonaro e Fernando Collor têm muito mais em comum do que supõe a vã filosofia.

O principal é que, ao levarem o país para o fundo do poço da desagregação política, deixaram como herança a necessidade de buscar o caminho oposto.

Sucessores de ambos, Itamar Franco (morto em 2011), Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viram-se obrigados a buscar o entendimento entre Congresso, Executivo e Judiciário.

A aprovação da **reforma tributária** pela Câmara - na quinta-feira, 6, e na sexta, 7 - está repetindo no Congresso o mesmo clima de quando foi aprovado o Plano Real. Um clima de pacto político e econômico.

Do ponto de vista econômico, um dos primeiros a levantar a hipótese de que isto poderia ocorrer foi o economista Samuel Pessoa, em artigo no início do ano.

Em entrevista à BBC-Brasil ele explicou que a enorme complexidade da atual estrutura de **impostos** do Brasil gerou impactos sobre a eficiência econômica tão nocivos quanto aqueles produzidos pela hiperinflação anterior ao Plano Real:

Lá atrás, as empresas tinham que ter escritórios financeiros enormes. Em cada esquina, tinha uma agência bancária que só ajudava as pessoas a conviver com a **inflação**. Um monte de recursos da economia que não produziam nada. Hoje, [...] as empresas têm que ter departamentos de contabilidade gigantescos [para sobreviver à confusão tributária].

Essa visão se alastrou no Congresso durante a votação da reforma. Atingiu até o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Ele, que foi ministro das Minas e Energia do governo Bolsonaro, alertou o ex-presidente de que não deveria repetir o erro do PT, quando se declarou contra o Plano Real. Sem sucesso no convencimento, o governador bateu de frente. Levou quase todos os integrantes de sua sigla, o Republicanos, a votar pela reforma (36 Sim x 2 Não, no segundo turno), assim como 20 deputados do PL de Bolsonaro.

Do ponto de vista político, a semelhança do clima de

Plano Real com o da **reforma tributária** aparece não só no amplo arco de partidos que apoiaram o Real e a reforma de agora. Mas também no clima de boa convivência entre os chefes dos Três Poderes nos dois períodos.

Em sua primeira visita a Brasília após a eleição, Lula fez questão de visitar o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a presidente do Supremo Tribunal federal, Rosa Weber. O atual ministro da Justiça, Flavio Dino, sublinhou que o gesto foi além de uma visita protocolar:

É um sinal histórico de que o momento de confrontação entre os Poderes ficou para trás e nós estamos reestabelecendo o princípio constitucional da harmonia entre os Poderes. O presidente Lula enfaticamente declarou esse desejo de normalidade, de paz.

A boa vontade do Judiciário com o novo governo tem rendido dividendos não só na área política como econômica.

Na política, basta lembrar que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu pela inelegibilidade de Bolsonaro.

Na área econômica, há casos como a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), confirmada pelo ministro André Mendonça, do STF, em maio, dando vitória ao governo na cobrança de cerca de R\$ 90 bilhões por ano de **impostos** sonegados por grandes empresas que recebem benefícios fiscais dos estados.

Lula tem correspondido. Deixou o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, indicar e anunciar os dois novos ministros da Corte nomeados por seu governo.

Quanto ao Congresso, não foi só a aprovação da **reforma tributária** que marcou o novo patamar de entendimento.

Já na transição, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, se aproximaram do novo chefe do poder Executivo auxiliando na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumentou em R\$ 145 bilhões o teto de gastos para bancar despesas como o Bolsa Família, o Auxílio Gás e a Farmácia Popular.

O governo Lula , por sua vez, apoiou a reeleição dos dois parlamentares para o comando do Congresso, mesmo tendo sido Lira um dos maiores aliados de Bolsonaro.

O partido de Lira e o próprio presidente da Câmara foram se aproximando do governo nesses seus meses até que, na votação da reforma, 40 dos 49 deputados do partido votaram com o governo.

Lira e Lula festejaram juntos o resultado em encontro no Palácio da Alvorada e começaram a discutir detalhes das votações no segundo semestre e o aumento da participação no governo do centrão, que é comandado pelo presidente da Câmara.

Lira classificou a votação como um fato histórico, a primeira grande reforma estruturante depois da redemocratização . Esqueceu de citar outra grande reforma estruturante da economia: o Plano Real.

Site: <https://noticias.uol.com.br/columnas/tales-faria/2023/07/10/reforma-tributaria-repete-clima-de-pacificacao-do-plano-real.htm>

Nível de aperto dos juros faz mercado ver chance de corte agressivo da Selic

Victor Rezende e Augusto Decker De São Paulo

O alívio na percepção de risco no Brasil e a senha dada pelo Banco Central (BC) de que um ciclo de redução da Selic está prestes a começar fizeram o mercado vislumbrar com mais clareza uma diminuição no grau contracionista dos juros ao longo dos próximos meses.

A política monetária, porém, permanece em níveis bastante restritivos, e, diante da queda das expectativas de **inflação** nas últimas semanas, ganha força entre os participantes do mercado a possibilidade de uma redução mais célere da taxa básica de juros à frente.

A postura monetária, ou seja, o nível efetivo do aperto monetário na economia brasileira, permanece em níveis muito elevados, mesmo quando se considera um aumento da taxa de juros de equilíbrio - aquela que não estimula nem contrai a economia. Ao se considerar o nível da Selic, de 13,75%, e as expectativas de **inflação** 18 meses à frente, o nível efetivo do aperto monetário na economia permanece acima de 4 pontos percentuais nos últimos 11 meses, nos cálculos do Santander.

"As expectativas de **inflação** de 18 meses à frente estão recuando levemente e isso aumenta a estimativa da Selic "real". Por outro lado, a estimativa de taxa de juros estrutural subiu e está em torno de 4,8% nas nossas contas - um resultado parecido com o do BC. Isso deixa o nível de aperto da política monetária oscilando entre 4 e 5 pontos percentuais", aponta o superintendente de pesquisa econômica do Santander, Mauricio Oreng. Ele, contudo, pondera que, ao se observar a dinâmica dos juros de mercado, há uma indicação de que "parte da flexibilização, de certa forma, já está acontecendo".

O mercado, de fato, já começa a embutir nos preços uma Selic mais baixa à frente. "É a curva de juros que tem impacto na atividade econômica, que tem maior efeito sobre o mercado de crédito etc. Nesse caso, já vemos um "easing" [afrouxamento] acontecendo, mesmo que de maneira indireta. Pelo fato de estarmos nos aproximando de um ciclo de cortes, o mercado está entendendo as condicionalidades da política monetária e a forma como o BC reage, o que gera esse movimento na curva", afirma Oreng.

Nos cálculos do Santander, ao se observar a postura monetária por meio do comportamento do juro real ex-ante, extraído do swap de juros de 360 dias e das expectativas de **inflação**, o mercado já trabalha com um nível de aperto de 2,4 pontos percentuais.

E, ao se observar os preços de mercado, ganhou força, nas últimas semanas, a chance de o BC começar o ciclo de forma menos parcimoniosa, já com um corte de 0,5 ponto percentual na Selic em agosto. No fechamento dos negócios de sexta-feira, o mercado de opções digitais indicava 45% de chance de redução de 0,25 ponto no juro básico na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), contra 41% de possibilidade de corte de 0,5 ponto.

"O nível da Selic em 13,75% era condizente com um cenário muito negativo das expectativas de longo prazo. De repente, o nível de desancoragem caiu pela metade, com risco de ir ainda mais para baixo. Isso abre espaço para que o BC seja um pouco mais agressivo neste começo de ciclo, justamente para poder fazer frente a essa reancoragem das expectativas. É como se fosse uma resposta", defende o economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, ao projetar uma redução de 0,5 ponto nos juros em agosto e uma Selic de 11,75% no fim do ano.

O economista observa que o argumento doméstico é o mais relevante nesse sentido. "A economia já está desacelerando há um tempinho, mas a agricultura tem mascarado esse efeito nos dados agregados de **PIB**. A demanda doméstica está sentindo o efeito da política monetária", nota. Além disso, em relação à **inflação**, Velecico diz que, com a confirmação da meta em 3%, houve um movimento "relevante" no Focus com a convergência de expectativas longas para 3,5%. "E isso produz, no modelo do BC, uma melhora discreta, que pode levar as projeções para 3% ou até um pouco abaixo." Alguns riscos, porém, rondam o cenário da Genoa de redução da Selic em 0,5 ponto em agosto. Velecico aponta que alguns indicadores têm vindo acima do esperado nos Estados Unidos e sinalizam que a economia americana "não está desaquecendo tão rapidamente e vai obrigar o Federal Reserve a puxar os juros mais uma ou duas vezes, ou até mais". Ele nota, adicionalmente, que os ajustes na política do Fed têm efeito nos emergentes, o que gera incerteza.

"É o principal elemento negativo para a nossa projeção." Para Velecico, o Copom "não pode ficar casado com o **comunicado** ou com a ata". "Vivemos em um país emergente, onde, em 45 dias, o cenário pode mudar bastante. O que vimos foi uma reação das expectativas que pouca gente esperava.

Não vejo um corte de 0,5 ponto em agosto como um ato de rasgar a comunicação, já que o BC estaria respondendo a uma melhora do cenário que se materializou nas expectativas", enfatiza o economista.

Casas como Safra, Bank of America e Galapagos Capital também apontam, em seus cenários, para uma redução de 0,5 ponto nos juros em agosto. E, mais recentemente, a Novus Capital também passou a considerar essa possibilidade em seu cenário básico.

"Mudamos o nosso cenário após a divulgação do boletim Focus [da semana passada], que mostrou um recuo mais intenso das expectativas de **inflação** que imaginávamos.

E acreditamos que esse movimento deve continuar nas próximas semanas", afirma o economista-chefe da Novus, Tomás Goulart.

A gestora espera que o Copom mantenha os cortes de 0,5 ponto por oito reuniões, o que levaria a Selic a 11,75% no fim deste ano e a 9,75% em 2024. "Temos a impressão de que, se começar com um corte de 0,50 ponto, o BC vai preferir manter o ritmo porque o ambiente global não está fácil. As discussões no exterior são de juros mais altos, e não mais baixos, e nós não podemos ter uma política descorrelacionada do resto do mundo por muito tempo", defende.

Na visão de Goulart, a taxa de juro real em patamar acima do necessário para que o país atinja a meta de **inflação** é a principal justificativa para o início do ciclo de cortes na Selic. " Fizemos um aperto para trazer a **inflação** para a meta, o aperto está fazendo seu trabalho e a **inflação** está voltando para meta. Agora podemos trabalhar com um juro real mais baixo, mais perto do que o BC considera neutro", diz.

Oreng, do Santander, opta pela parcimônia enfatizada pelo BC tanto no **comunicado** quanto na ata da reunião do Copom do mês passado. "Em termos de como vemos os fundamentos, não vejo o cenário de 0,5 ponto como muito provável. Mas, claro, tudo irá depender dos dados. Tenho uma convicção grande em relação a um corte de 0,25 ponto em agosto", diz.

"A variável mais importante para a tomada de decisão do BC é o modelo dele, que depende de algumas variáveis, como as expectativas de **inflação** do Focus.

Obviamente, o Focus terá muito peso, principalmente nos modelos do BC, mas o horizonte continua a abarcar, predominantemente, o ano de 2024.

Como já estamos no terceiro trimestre, a regra de bolso do BC indica que o ano de 2025 já entra no radar, mas ainda não é o principal ano no horizonte", enfatiza Oreng.

No cenário básico do Santander, a Selic começa a ser reduzida com um corte de 0,25 ponto em agosto; chega a 12,25% no fim do ano; e termina 2024 em 10,5%.

- "Reancoragem do Focus abre espaço para que o BC seja um pouco mais agressivo neste começo de ciclo"
Igor Velecico